

PROGRAMA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO 2025

TAVIRA

**VERSÃO 1.0
16/01/2025**

Título	Programa Municipal de Execução de Tavira -2025
Versão	01
Coordenação	Serviço Municipal de Proteção Civil- Gabinete Técnico Florestal

ÍNDICE

I - SUMÁRIO.....	5
II - TRAMITAÇÃO	6
Parecer	6
Aprovação.....	6
Revisão	6
Prazos de Revisão.....	7
III – FICHA TÉCNICA.....	8
IV - ARQUITETURA DO PME	10
IV.1 Níveis de adequação dos projetos de valorização dos espaços rurais	11
IV.2 Níveis de adequação dos projetos de cuidar dos espaços rurais	12
IV.3 Níveis de adequação dos projetos de valorização de modificação dos comportamentos	13
IV.4 Níveis de adequação dos projetos de gestão eficiente do risco	14
V – ORÇAMENTO.....	15
V.1 Mapas de apuramento	15
V.2 Fontes de financiamento	21
VI - MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO.....	23
VII - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	23
VIII - PROJETOS DE IMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL	25
OE1. VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS	27
1.2.1.1 Gestão agregada de territórios rurais.....	27
1.2.1.2 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP).....	29
1.2.3.2 Aumento da remuneração dos proprietários florestais.....	31
OE2. CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS.....	35
2.1.1.1 Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP)	35
2.1.1.3 Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500ha em articulação com as entidades locais	37
2.1.1.4 Transpor os programas regionais de ordenamento florestal (prof) para os planos diretores municipais (pdm).....	39
2.2.1.1 Estabelecer e operacionalizar sistema de informação para coordenação e reporte de gestão estratégica de combustível	41
2.2.1.2 Garantir a gestão da rede primária de faixas de combustível	44
2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária.....	46
2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível	50
2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor	52
2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas	54

2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos	56
2.2.1.9 Uso do fogo como estratégia integrada de gestão florestal rural	60
2.2.2.1 Promover processos de compostagem	63
2.3.1.1 Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados	66
2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas..	68
2.3.1.4 Programas “aldeia segura” e “pessoas seguras” (ASPS).....	71
2.3.1.7 Manutenção RVF/RPA	76
OE3. MODIFICAR COMPORTAMENTOS.....	84
3.1.1.2 Apoio à população na realização de queimas e queimadas.....	84
3.1.1.3 Mecanismo de apoio à realização de queimadas	86
3.1.2.1 Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas	88
3.1.2.2 Presença das forças armadas nas áreas críticas	91
3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade.....	93
3.2.1.3 Comunicação das entidades em contexto de emergência	97
OE4. GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE.....	100
4.1.1.2 Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão	100
4.1.2.1 Constituição e funcionamento das comissões de gestão integrada do sistema integrada de fogos rurais (SGIFR)	103
4.1.2.3 Elaboração e implementação dos programas de ação e de execução	105
4.1.2.4 Normas técnicas e diretivas operacionais	109
4.3.1.5 Centro ibérico de investigação, prevenção e combate aos incêndios rurais	111
4.3.2.3 Gestão da supressão	113
IX - ANEXOS.....	120
ANEXO.1 - Projetos não inscritos em PME	121
ANEXO.2 - Matriz de avaliação do risco.....	125
ANEXO.3 – Entidades e convenções.....	126
ANEXO.4 - Matriz de responsabilidades	129

I - SUMÁRIO

O Programa Nacional de Ação (PNA), é aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho, materializando as opções estratégicas do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho.

O Programa Regional de Ação (PRA), aprovado através do Aviso (extrato) n.º 26789/2024/2, publicado em Diário da República n.º 232 de 11 de novembro (2.ª série) transporta para a região os projetos inscritos no PNA, em função da sua aplicabilidade, integrando no caso do Algarve também a programação do nível sub-regional; por sua vez, o Programa Sub-Regional de Ação (PSA) declina os grandes objetivos à escala sub-região. Este converte os objetivos nacionais em linhas de trabalho orientadoras para os Programas Municipais de Execução (PME) e, em sentido inverso, captura da execução local as informações necessárias para adequar o planeamento nacional.

O PME define em detalhe as iniciativas a executar no território de cada concelho, concretizando os objetivos propostos no nível territorial superior em ações efetivas.

A Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR) de Tavira foi constituída em 13 de junho de 2022.

Nos termos da Lei, este PME de Tavira é aprovado pela Comissão Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CRGIFR) do Algarve, tendo sido sujeito a parecer da CMGIFR de Tavira.

O PME de Tavira conta com 30 projetos e conta com um projeto novo de carácter regional que assumiu a numeração PT15 2.3.1.7. No âmbito da elaboração do PME, foram definidos **8 projetos-chave**, entendendo-se por projetos chave aqueles que, por adaptação municipal aos objetivos regionais, se relevam mais transformadores e mais rapidamente permitirão atingir o desígnio de “Proteger Portugal dos Incêndios Rurais Graves”, sendo priorizados em situação de restrição de recursos ou financiamento para execução.

Através da implementação dos projetos chave e dos restantes projetos do PME inscritos, ou não, no PRA e PNA, esperam-se melhorias no desempenho dos processos do SGIFR e o cumprimento das metas tornando possível assim atingir as metas do PNGIFR | PRA-Algarve para 2030.

Data deste documento

28 de janeiro de 2025 (Aprovado)

II - TRAMITAÇÃO

PARECER

O Programa Municipal de Execução (PME) de Tavira, foi remetido para parecer da Comissão Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CRGIFR) do Algarve, em 04 de dezembro de 2024, nos termos do disposto no número 4 do art.º 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, tendo recebido parecer favorável por unanimidade em 11 de dezembro de 2024.

APROVAÇÃO

O PME de Tavira foi aprovado em reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR) de Tavira, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 29.º, conjugada com o do n.º 3 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro e o do n.º 4 do artigo 8.º do Despacho n.º 9550/2022, no dia 28 de janeiro de 2025.

A Presidente da Comissão

**ANA PAULA
FERNANDES
MARTINS**



Assinado de forma digital
por ANA PAULA FERNANDES
MARTINS
Dados: 2025.01.29 19:34:23 Z

Ana Paula Martins

REVISÃO

A revisão do PME de Tavira terá uma periodicidade anual e consiste na reponderação dos elementos de caracterização dos seus projetos, em função do acompanhamento e da concretização em ciclos anteriores. Neste processo de revisão podem ser removidas iniciativas cuja concretização tenha sido alcançada, cujo âmbito se tenha esgotado ou facto superveniente as torne redundantes ou ineficazes. No processo de revisão podem ser adicionados projetos e iniciativas, em função da sua fundamentação, ou de novas necessidades identificadas. Os projetos que tenham sido inteiramente concretizados podem ser removidos desde que deles não dependa a monitorização e reporte de metas inscritas no PNGIFR nos termos do disposto no art.º 9.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022.

PRAZOS DE REVISÃO

A CMGIFR realizará o levantamento de necessidades anualmente e definirá prioridades para o ano seguinte, que remeterá para parecer da CRGIFR, até 30 de junho de cada ano, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022.

Todos os instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) terminam os seus processos de revisão até 31 de outubro do ano anterior ao ano de produção de efeitos.

III – FICHA TÉCNICA

O PME de Tavira foi elaborado por um conjunto de entidades com assento na CMGIFR conforme o estipulado no nº 3 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 82/2021, de 13 de outubro de 2021, na sua atual redação, em cumprimento do anexo 2 do Despacho nº 9550/2022.

	Entidade	Cargo	Representante
Permanente	Câmara Municipal de Tavira	Presidente	Ana Paula Martins
	Câmara Municipal de Tavira	Vereador dos Assuntos Sociais, Desporto e Saúde	Eurico Palma
	Câmara Municipal de Tavira	Coordenador Municipal de Proteção Civil	Miguel Silva
	Câmara Municipal de Tavira	Bombeiros Municipais de Tavira (BMT) - Comandante	Hugo Machado
	Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo	Presidente	Carlos Sousa
	Junta de Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira	Presidente	Ângelo Pereira
	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I. P.)	Diretor Regional Adjunto	António Miranda
	Guarda Nacional Republicana (GNR) - Destacamento Territorial de Tavira	Comandante do Destacamento Territorial	Capitão Humberto Galego
	Polícia de Segurança Pública (PSP)	Comissário	Jorge Domingues
	Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão (APFSC).	Técnica	Carla Cristo
Outras entidades a convite	Águas do Algarve, S.A.;	Técnica	Adriana Espanha
	ALGAR, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Técnica	Sandra Alvares
	Autoestrada do Algarve – Via do Infante S.A.	Diretor	Juan Pablo Matute
	Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL)	Técnico	Pedro Chaves
	EDP renováveis	Técnico	Henrique Oliveira
	Eólica de cachopo, S.A.	Técnico	Henrique Oliveira
	Entidades gestora de Zona de Intervenção Florestal: SuberPinus, Serviços Agroflorestais, Lda	Técnico	Luis Domingos

E-Redes, SA	Gestor de Planeamento e Monitorização	José Afonso
E-Redes, SA	Acompanhamento da Execução	Miguel Duarte
Exército Português (EP) – Regimento de Infantaria N.º 1 (Destacamento);	Tenente-Coronel	Neves dos Santos
Federação de Caçadores do Algarve (FCA)	Presidente	Vítor Palmilha
Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP)	Técnico	Cassandra Querido
Polícia Judiciária (PJ);	Diretor	António Madureira
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A;	Responsável da Área de Redes Sustentáveis e Servidões	Pedro Marques
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A;	Técnico Superior da Área de Redes Sustentáveis e Servidões	António Freire

Tabela 1: Entidades com assento na CMGIFR de Tavira

IV - ARQUITETURA DO PME

A CMGIFR deliberou transportar para o município, no âmbito do PME Tavira, os projetos que abaixo se identificam, a partir do PRA e PNA. Tal como disposto no n.º 4 do artigo 12º do Despacho 9550/2022, encontra-se definido em sede de PME o detalhe de execução com caracterização detalhada das ações a executar.

O PME assegura localmente a execução do PRA garantindo a integração dos contributos, alterações e monitorização de todas as entidades participantes da CMGIFR de Tavira.

IV.1 NÍVEIS DE ADEQUAÇÃO DOS PROJETOS DE VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS

A Tabela 2 resume a transposição das fichas de projeto regionais à escala municipal, indicando os projetos chave e o nível de intervenção previsto para cada projeto.

Tabela 2: Fichas de Projeto

Projeto	Designação	PME	Iniciativas	Responsável	Projeto chave
1.2.1.1	Gestão agregada de territórios rurais		1	ICNF	
1.2.1.2	Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)		1	DGT	
1.2.3.2	Aumento da remuneração dos proprietários florestais		3	APFSC, Município	

Legenda:



M - Monitoriza: Agrega informação que avalia e sobre a qual decide intervenção de facilitação do processo ao seu nível territorial, e informa o nível de planeamento superior.



E- Executa: Concretiza o projeto, executando tarefas que lhe estão associadas (pressupõe o reporte ao nível de planeamento superior).



R- Reporta: Reporta informação ao nível de planeamento superior (não pressupõe a execução de tarefas do projeto).



S- Sem intervenção: Não está prevista intervenção a este nível, para o projeto identificado.



Projeto chave

IV.2 NÍVEIS DE ADEQUAÇÃO DOS PROJETOS DE CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

Tabela 3: Fichas de Projeto

Projeto	Designação	PME	Iniciativas	Responsável	Projeto chave
2.1.1.1	Áreas integradas de gestão da paisagem (aigp)		1	DGT, ICNF	
2.1.1.3	Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500 ha em articulação com as entidades locais		1	ICNF	
2.1.1.4	Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM)		1	ICNF, Municípios	
2.2.1.1	Estabelecer e operacionalizar sistema de informação para coordenação e reporte de gestão estratégica de combustível		1	ICNF	
2.2.1.2	Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustível		2	ICNF	
2.2.1.3	Garantir a gestão da rede secundária		2	ANEPC	
2.2.1.4	Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível		2	ICNF	
2.2.1.5	Proteção de áreas de elevado valor		1	ICNF	
2.2.1.6	Gestão de galerias ribeirinhas		1	ICNF, APA	
2.2.1.7	Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos		1	CCDR - DRAP	
2.2.1.9	Uso do fogo como estratégia integrada de gestão de fogos rurais		2	ICNF	
2.2.2.1	Promover processos de compostagem		1	CIM, Município	

2.3.1.1	Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados	E	1	GNR, Município, privados	
2.3.1.2	Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas	E	1	Município, privados	
2.3.1.4	Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”	E	2	ANEPC, Município	🔑
PT15 2.3.1.7 RVF e RPA	Implementação e manutenção das redes de defesa	R E	3	ICNF, Municípios.	🔑

Legenda:

- M **M - Monitoriza:** Agrega informação que avalia e sobre a qual decide intervenção de facilitação do processo ao seu nível territorial, e informa o nível de planeamento superior.
- E **E- Executa:** Concretiza o projeto, executando tarefas que lhe estão associadas (pressupõe o reporte ao nível de planeamento superior).
- R **R- Reporta:** Reporta informação ao nível de planeamento superior (não pressupõe a execução de tarefas do projeto).
- **S- Sem intervenção:** Não está prevista intervenção a este nível, para o projeto identificado.
- 🔑 **Projeto chave**

IV.3 NÍVEIS DE ADEQUAÇÃO DOS PROJETOS DE VALORIZAÇÃO DE MODIFICAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS

Tabela 4: Fichas de Projeto

Projeto	Designação	PME	Iniciativas	Responsável	Projeto chave
3.1.1.2	Apoio à população na realização de queimas e queimadas	E	1	ICNF	
3.1.1.3	Mecanismo de apoio à realização de queimadas	E	1	ICNF, Município	
3.1.2.1	Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas	●	4	GNR	
3.1.2.2	Presença das Forças Armadas nas áreas críticas	●	1	FFAA	
3.2.1.2	Comunicação especializada de proximidade	E	1	Municípios, ANEPC, GNR, ICNF	
3.2.1.3	Comunicação das entidades em contexto de emergência	E	1	ANEPC	

Legenda:

- M **M - Monitoriza:** Agrega informação que avalia e sobre a qual decide intervenção de facilitação do processo ao seu nível territorial, e informa o nível de planeamento superior.
- E **E- Executa:** Concretiza o projeto, executando tarefas que lhe estão associadas (pressupõe o reporte ao nível de planeamento superior).
- R **R- Reporta:** Reporta informação ao nível de planeamento superior (não pressupõe a execução de tarefas do projeto).
- S **S- Sem intervenção:** Não está prevista intervenção a este nível, para o projeto identificado.
- Projeto chave**

IV.4 NÍVEIS DE ADEQUAÇÃO DOS PROJETOS DE GESTÃO EFICIENTE DO RISCO

Tabela 5: Fichas de Projeto

Projeto	Designação	PME	Iniciativas	Responsável	Projeto chave
4.1.1.2	Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão	S	1	IPMA	
4.1.2.3	Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de Execução	E	3	MUNICÍPIO	
4.1.2.4	Normas técnicas e diretivas operacionais	E	1	AGIF	
4.3.1.5	Centro Ibérico de Investigação, prevenção e combate aos incêndios rurais	S	1	MUNICÍPIO	
4.3.2.3	Gestão da supressão	S	7	ICNF, ANEPC, AGIF, GNR, FFAA	

Legenda:

- M **M - Monitoriza:** Agrega informação que avalia e sobre a qual decide intervenção de facilitação do processo ao seu nível territorial, e informa o nível de planeamento superior.
- E **E- Executa:** Concretiza o projeto, executando tarefas que lhe estão associadas (pressupõe o reporte ao nível de planeamento superior).
- R **R- Reporta:** Reporta informação ao nível de planeamento superior (não pressupõe a execução de tarefas do projeto).
- S **S- Sem intervenção:** Não está prevista intervenção a este nível, para o projeto identificado.
- Projeto chave**

V – ORÇAMENTO

V.1 MAPAS DE APURAMENTO

O orçamento estimado deste PME Tavira possui um valor global de **€ 3 439 357,87 (Três milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, trezentos e cinquenta e sete euros e oitenta e sete cêntimos)**, para **30 projetos** a intervirem 2025, que a seguir se detalha por projeto e ficha. Contudo realçamos, o referido em diferentes partes do plano, que existem métricas por apurar, que resultarão de diagnósticos a realizar em 2025, bem como normativos cuja publicação se aguarda. Assim, o orçamento será ajustado na próxima revisão do PME. De igual forma, o orçamento não prevê a inflação e a deflação nem custos de contexto.

Os projetos-chave representam sensivelmente **72% deste orçamento (€2 301 240,00, dois milhões, trezentos e um mil, duzentos e quarenta euros)**.

	ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA	Nº DE PROJETOS	ORÇAMENTO
	OE1- VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS	3	385.000,00 €
	OE2 - CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS	16	1 927 208,83 €
	OE3 – MODIFICAR COMPORTAMENTOS	6	43 409,04 €
	OE4 – GERIR EFICIENTEMENTE O RISCO	6	831 760,00 €
	TOTAL	30	3 439 357,87 €

Tabela 2: Projetos, Metas e Orçamento

Projeto	Designação	Iniciativas	Principais Metas	Orçamento por projeto	Orçamento por objetivo estratégico
1.2.1.1	Gestão agregada de territórios rurais	1		125.000,00€	
1.2.1.2	Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)	1	PRGP da Serra do Caldeirão aprovado e publicado e em implementação		125.000,00€
1.2.3.2	Aumento da remuneração dos proprietários florestais	3	Instalação e manutenção de pastagens permanentes	260.000,00€	260.000,00€
Orçamento previsional da Orientação Estratégica 1 (OE1)					385.000,00 €

Projeto	Designação	Iniciativas	Principais Metas	Orçamento por projeto	Orçamento por objetivo estratégico
2.1.1.1	Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP)	1			
2.1.1.3	Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500 ha em articulação com as entidades locais	1	100 % Fundos de Apoio a Curto e longo prazo		
2.1.1.4	Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM)	1			
2.2.1.1	Estabelecer e operacionalizar sistema de informação para coordenação e reporte de gestão estratégica de combustível	1	100% de Report de dados de gestão de combustíveis através do sistema de informação	35.000,00€	
2.2.1.2	Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustível	2		236 708,83€	1 567 208,83 €
2.2.1.3	Garantir a gestão da rede secundária	2	Priorização de intervenção na gestão de combustível efetiva	1.176.000,00€	

2.2.1.4	Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível	1		100.000,00 €	
2.2.1.5	Proteção de áreas de elevado valor	1			
2.2.1.6	Gestão de galerias ribeirinhas	1			
2.2.1.7	Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos	1	Número de produtores pecuários aderentes ao programa Pastoreio Extensivo		
2.2.1.9	Uso do fogo como estratégia integrada de gestão de fogos rurais	2	Até 10 ha área tratada com fogo controlado	19.500,00€	
2.2.2.1	Promover processos de compostagem	1	Aquisição de 1 biotriturador	360.000,00€	360.000,00€
2.3.1.1	Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados	1			
2.3.1.2	Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas	1			
2.3.1.4	Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”	2	Monitorização de Programas Aldeia Segura, Pessoas Seguras		
PT15 2.3.1.7	Implementação e manutenção das redes de defesa	3	1 Instalação e reforço de		

RVF e RPA		sistema de adução de água			
Orçamento Previsional da Orientação Estratégica 2 (OE2)					1 927 208,83 €
Projeto	Designação	Iniciativas	Principais Metas	Orçamento por projeto	Orçamento por objetivo estratégico
3.1.1.2	Apoio à população na realização de queimas e queimadas	1			
3.1.1.3	Mecanismo de apoio à realização de queimadas	1			
3.1.2.1	Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas	4		28.409,04€	28.409,00€
3.1.2.2	Presença das Forças Armadas nas áreas críticas.	1		10.000,00€	
3.2.1.2	Comunicação especializada de proximidade	2	2 Ações de sensibilização/comunicação de proximidade	5.000,00€	
3.2.1.3	Comunicação das entidades em contexto de emergência	1	Aumentar o n.º de elementos capacitados para comunicar em contexto de emergência		
Orçamento previsional da Orientação estratégica 3 (OE3)					43 409,04 €

Projeto	Designação	Iniciativas	Principais Metas	Orçamento por projeto	Orçamento por objetivo estratégico
4.1.1.2	Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão	1		113.020,00€	113.020,00€
4.1.2.3	Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de Execução	1	CMGIFR em funcionamento Execução do PME	8.000,00€	8.000,00€
4.1.2.4	Normas técnicas e diretivas operacionais	1		●	
4.3.1.5	Centro Ibérico de Investigação, prevenção e combate aos incêndios rurais	1		●	●
4.3.2.3	Gestão da supressão	1	Aquisições de 50% das necessidades identificadas	710.740,00€	710.740,00€
Orçamento Previsional da Orientação Estratégica 4 (OE4)					718 740,00 €

V.2 FONTES DE FINANCIAMENTO

A tabela abaixo resume as potenciais fontes de financiamento para cada um dos projetos inscritos em PME, de acordo com a possível elegibilidade das suas medidas e iniciativas, a partir de informação recolhida.

Projeto	Designação	Potenciais Fontes Financiamento
1.2.1.1	Gestão agregada de territórios rurais	FA, PRR, PR
1.2.1.2	Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)	FA, PRR
1.2.3.2	Aumento da remuneração dos proprietários florestais	FEADER, privados, OM
2.1.1.3	Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500 ha em articulação com as entidades locais	FA, PDR, FEADER
2.1.1.4	Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM)	Não aplicável.
2.2.1.1	Estabelecer e operacionalizar sistema de informação para coordenação e reporte de gestão estratégica de combustível	SAMA, OE, PR, OM
2.2.1.2	Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustíveis	PRR, FA, FEADER, privados
2.2.1.3	Garantir a gestão da rede secundária	FA, FSUE, OE, PR, privados, OM
2.2.1.4	Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível	PRR, FA, OE, FEADER, OM
2.2.1.5	Proteção de áreas de elevado valor	PRR, FA, PR, FEADER, privados
2.2.1.6	Gestão de galerias ribeirinhas	FC, FA, PR, FEADER
2.2.1.7	Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos	PDR, FA, FC, PR, FEADER, OM
2.2.1.9	Uso do fogo como estratégia integrada de GFR	FA, OE, OM
2.2.2.1	Promover processos de compostagem	PRR, FA, POSEUR, FEADER
2.3.1.1	Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados	OE
2.3.1.2	Gestão de combustível dos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas	PRR, FA, FEADER, OE, privados, OM
2.3.1.4	Programas Aldeia Segura Pessoas Seguras	PRR, PR, OM

PT15 2.3.1.7 RVF e RPA	Implementação e manutenção das redes de defesa intermunicipais (rede viária florestal e redes de pontos de água)	FSUE, OE, FA, Privados, OM
3.1.1.2	Apoio à população na realização de queimas e queimadas	FA, OE, PR, OM
3.1.1.3	Mecanismo de apoio à realização de queimadas	FA, FC, OE, FEADER
3.1.2.1	Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas	FA, OE, OM
3.1.2.2	Presença das Forças Armadas nas áreas críticas	FA, OE, OM
3.2.1.2	Comunicação especializada de proximidade	PRR, FA, OE, PR, OM
3.2.1.3	Comunicação das entidades em contexto de emergência	OE
4.1.1.2	Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão	PRR, OE, PR, OM
4.1.2.3	Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de Execução	OE, OM
4.1.2.4	Normas técnicas e diretivas operacionais	OE, OM
4.3.1.5	Centro Ibérico de Investigação, prevenção e combate aos incêndios rurais	PR, INTERREG, POCTEP, OM
4.3.2.3	Gestão da supressão	FA, OE, PR, PRR, OM

Legenda:

FA: Fundo Ambiental

FC: Fundo de Coesão

FEADER: Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAGA: Fundo Europeu Agrícola de Garantia

FSUE: Fundo de Solidariedade da União Europeia

INTERREG: Programa de Cooperação Interregional Europeu

OE: Orçamento de Estado (Administração Central e transferências)

OM: Orçamento Municipal

POCTEP: Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal

POSEUR: Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

PRIVADOS

PR: Programa Regional Algarve 2030

PDR: Programa de Desenvolvimento Rural

PROVERE: Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos

PRR: Plano de Recuperação e Resiliência

SAMA: Sistemas de Apoios à Modernização Administrativa

VI - MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

De acordo com artigo 29.º, alíneas c) do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, as CMGIFR devem promover, acompanhar e monitorizar o desenvolvimento das ações inscritas no PME. O mesmo Decreto-lei refere ainda que as CMGIFR são apoiadas no desenvolvimento da sua atividade por um secretariado técnico assegurado pelos respetivos municípios, designadamente o gabinete técnico florestal e o serviço municipal de proteção civil.

VII - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

A tabela 4 apresenta o cronograma mensal de execução dos projetos para 2025.

Projeto	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1.2.1.1			■			■			■			
1.2.1.2				■		■			■			
1.2.3.2		■		■	■	■	■	■	■			
2.1.1.1												
2.1.1.3												
2.1.1.4	■			■			■			■		
2.2.1.1	■			■			■			■		
2.2.1.2	■	■	■	■	■				■	■	■	■
2.2.1.3	■	■	■	■	■	■	■			■	■	■
2.2.1.4	■	■	■	■	■	■					■	■
2.2.1.5												
2.2.1.6												
2.2.1.7	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.2.1.9	■	■	■	■	■	■					■	■
2.2.2.1	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.3.1.1		■	■	■								
2.3.1.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.3.1.4	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

PT15 2.3.1.7	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3.1.1.2	■	■	■	■	■	■				■	■	■
3.1.1.3												
3.1.2.1					■	■	■	■	■	■	■	
3.1.2.2							■	■	■			
3.2.1.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3.2.1.3												
4.1.1.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
4.1.2.1	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
4.1.2.3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
4.1.2.4	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
4.3.1.5	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
4.3.2.3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TOTAL	18	18	18	21	18	19	17	14	17	17	17	16

Tabela 3: Cronograma mensal de execução

VIII - PROJETOS DE IMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL

A aplicação dos projetos abaixo identificados é subsidiária do inscrito em ficha de projeto do PRA sendo essas fichas a referência para consulta quando ausentes do presente PME. Todos estes os projetos são discriminados de forma resumida nos próximos subcapítulos

01

VALORIZAR

**OS
ESPAÇOS
RURAIS**

OE1. VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

1.2.1.1 GESTÃO AGREGADA DE TERRITÓRIOS RURAIS

GESTÃO AGREGADA DE TERRITÓRIOS RURAIS							1.2.1.1													
Objetivos - Promover a gestão florestal através da constituição ou reativação de figuras associativas. - Incentivar iniciativas de gestão agregada de pequenas propriedades. - Adaptar os PGF das ZIF ao PROF Algarve. - Capacitar técnica e financeiramente as entidades gestoras de ZIF para reativação do funcionamento das ZIF. (Fonte: Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve) Principais resultados esperados - Aumento das áreas agregadas e em gestão organizada - Melhor planeamento e comunicação entre proprietários ou gestores. - Redução dos custos de exploração. (Fonte: Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve)					Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>ICNF</td></tr><tr><td>A</td><td></td></tr><tr><td>S</td><td>DGT, OPF, EGF, EGZIF, Município</td></tr><tr><td>C</td><td></td></tr><tr><td>I</td><td></td></tr><tr><td>F</td><td></td></tr></table> (Fontes: Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve)				R	ICNF	A		S	DGT, OPF, EGF, EGZIF, Município	C		I		F	
R	ICNF																			
A																				
S	DGT, OPF, EGF, EGZIF, Município																			
C																				
I																				
F																				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC												
Orçamento Global do Projeto neste PME (€):125.000€ (com IVA)																				
Indicadores					Unidade		Meta													
1) Área alvo de ações de gestão ativa e produtiva nas ZIF.					Ha		15044													
2) PGF executados conforme calendário.					Nº		5													
3) PGF revisto de acordo com PROF Algarve.					Nº		3													
4) Contratos programa Fase 1 estabelecidos com ZIF.					Nº		5													
Gestão de risco do projeto - Ameaças: Entidades gestoras das ZIF sem atividade; Ausência de um pacto de políticas financeiras adequadas. - Risco Total: Elevado. - Resolução Geral: Encontrar recursos financeiros para o apoio às entidades com gestão ativa das ZIF; Financiamento público para a elaboração de Contratos programa Fase 1 nas ZIF.																				
Observações:																				

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão; **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 - CONTRATO PROGRAMA FASE1 NAS ZIFs CACHOPO NORTE, CACHOPO SUL, SERRA DO CALDEIRÃO – TAVIRA, SERRA DO CALDEIRÃO – TAVIRA II, TAVIRA – ABA DO CALDEIRÃO

Iniciativa n.º 1 - Contrato programa Fase1 nas ZIFs Cachopo Norte, Cachopo Sul, Serra do Caldeirão – Tavira, Serra do Caldeirão – Tavira II, Tavira – Aba do Caldeirão									Fonte Financiamento		
Contrato programa Fase1 nas ZIFs Cachopo Norte, Cachopo Sul, Serra do Caldeirão – Tavira, Serra do Caldeirão – Tavira II, Tavira – Aba do Caldeirão									FA, PRR, PO		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		■			■			■			
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
1)	Contrato programa ZIF Cachopo Norte.					OPF		25.000€			
2)	Contrato programa ZIF Cachopo Sul.					OPF		25.000€			
3)	Contrato programa ZIF Serra do Caldeirão – Tavira.					OPF		25.000€			
4)	Contrato programa ZIF Serra do Caldeirão – Tavira II.					OPF		25.000€			
5)	Contrato programa ZIF Tavira – Aba do Caldeirão.					OPF		25.000€			
Total (€)								125.000,00€			
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: Falta de recursos financeiros para a implementação de Contratos programa Fase1. - Risco Total: Elevado. - Resolução Geral: não aplicável.											
Observações:											
Perante a inexistência, ou pela não elegibilidade em eventuais anúncios e apoios, para a elaboração de Contratos programa Fase1, a meta para 2025 não será atingida. Não foram determinados Marcos do Projeto (<i>milestones</i>) associado a iniciativa.											

1.2.1.2 PROGRAMAS DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM (PRGP)

PROGRAMAS DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM (PRGP)						1.2.1.2														
Objetivos - Promover os programas de reordenamento e gestão de paisagem. - Monitorizar a sua execução e resultados na região (Fonte: Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve) Principais resultados esperados - Obter uma paisagem reordenada, com uma ocupação do solo menos propícia à propagação do fogo. - Reduzir a severidade do fogo e a dimensão da área afetada. (Fonte: Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve)						Principais entidades envolvidas <table border="1"> <tr> <td>R</td> <td>DGT</td> </tr> <tr> <td>A</td> <td></td> </tr> <tr> <td>S</td> <td>ICNF, CCDR, AGIF, Municípios, IRN</td> </tr> <tr> <td>C</td> <td>CCDR, CIM</td> </tr> <tr> <td>I</td> <td></td> </tr> <tr> <td>F</td> <td></td> </tr> </table> (Fontes: Programa Nacional de Ação - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30; Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve)			R	DGT	A		S	ICNF, CCDR, AGIF, Municípios, IRN	C	CCDR, CIM	I		F	
R	DGT																			
A																				
S	ICNF, CCDR, AGIF, Municípios, IRN																			
C	CCDR, CIM																			
I																				
F																				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC												
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): por definir (com IVA)																				
Indicadores					Unidade		Meta													
1) N.º de PRGP aprovado.					n.º		1													
2) N.º de PRGP em implementação.					n.º		1													
Gestão de risco do projeto - Ameaças: O processo de aprovação decorre junto da entidade responsável, A implementação das OIGP depende da manutenção e definição de financiamento, e da aceitação por parte dos proprietários. - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: Mobilização dos agentes locais para a implementação das orientações definidas no PRGP.																				
Observações:																				

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C – Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F – Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão; **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 - PARTICIPAR NO PROCESSO DE APROVAÇÃO DA PRGP SERRA DO CALDEIRÃO

Iniciativa n.º 1 - Participar no processo de aprovação da PRGP Serra do Caldeirão									Fonte Financiamento		
• Participar no processo de aprovação da PRGP Serra do Caldeirão.									PRR, FA		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
			■		■			■			
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo [€]			
1)	Técnicos do município					Município			Por definir		
Total (€)								Por definir			
Gestão de risco da iniciativa											
• Ameaças: Não se reconhecem, no momento, quaisquer ameaças significativas ao desenvolvimento desta iniciativa											
• Risco Total: Baixo.											
• Resolução Geral: Sem necessidade de resolução.											
Observações:											
Não foram determinados Marcos do Projeto (<i>milestones</i>) associado a iniciativa.											

1.2.3.2 AUMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS

AUMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS							1.2.3.2														
Objetivos - Promover modelos de negócio junto dos proprietários e empresários, apresentando os benefícios da gestão agregada, da multifuncionalidade de modo a obter escala e poder negocial na comercialização dos produtos, incluindo matérias-primas florestais, e melhorar a gestão e o ordenamento dos espaços florestais, garantindo maior produtividade e resiliência. - Valorização e certificação dos Produtos Locais. (Fontes: Programa Nacional de Ação - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30; Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve) Principais resultados esperados - Aumento da remuneração dos proprietários florestais através do aumento do seu poder negocial através da gestão agregada. - Aumento das competências comerciais das empresas do setor assentando as operações em práticas competitivas. - Redução de custos para a gestão. (Fontes: Programa Nacional de Ação - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30; Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve)					Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>APFSC, Município</td></tr><tr><td>A</td><td></td></tr><tr><td>S</td><td>APFSC, Município</td></tr><tr><td>C</td><td></td></tr><tr><td>I</td><td></td></tr><tr><td>F</td><td></td></tr></table> (Fontes: Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve)					R	APFSC, Município	A		S	APFSC, Município	C		I		F	
					R	APFSC, Município															
					A																
					S	APFSC, Município															
					C																
I																					
F																					
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC													
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 260.000,00 (com IVA)																					
Indicadores					Unidade		Meta														
1) Incentivo à implementação de mecanismos de gestão agregada e aumento do rendimento dos produtores florestais					Un		1														
Gestão de risco do projeto: - Ameaças: A esta data não se identificam ameaças, dado serem atividades que são. - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: não aplicável.																					
Observações:																					

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN - Planeamento; **PREP** - Preparação; **PREV** - Prevenção; **PRES** - Pré-Supressão; **SUPR** - Supressão; **POSE** - Pós- Evento; **GOVE** - Governança; **QUAL** - Qualificação; **SIC** - Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 - PROJETO PILOTO DE RESINAGEM

Iniciativa n.º 1 - PROJETO PILOTO DE RESINAGEM								Fonte Financiamento			
Projeto piloto de resinagem para verificar a sua viabilidade, aumentando quer o rendimento quer a diversificação do proprietário.								A definir			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
			■	■	■	■	■	■			
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
1)	Formação, equipamento, logística.					Entidades Externas		Por definir			
2)	Recursos humanos.					APFSC		Por definir			
Total (€)								Por definir			
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: Não concretização do projeto. - Risco Total: Alta - Relacionado com a ausência de financiamento; falta de recursos financeiros e humanos. - Resolução Geral: Criação de linhas de apoio financeiro que sejam aplicadas de forma célere e eficaz.											
Observações:											

INICIATIVA N.º 2 - PROTOCOLO APFSC E O MUNICÍPIO

Iniciativa n.º 2- Protocolo APFSC e o Município										Fonte Financiamento	
Protocolo com a APFSC e o Município										Orçamento Municipal	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	■										
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Apoio ao Gabinete Rural da APFSC e Equipa de Sapadores						Município			10.000,00€		
Total (€)									15.000,00€		
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: A esta data não se identificam ameaças - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: não aplicável.											
Observações:											
O Protocolo entre estas duas entidades, visa desenvolver ações no âmbito da conservação e valorização do património natural, endógeno, agrícola e florestal, entre as quais, estão especificados o apoio a Comunidade Rural, a promoção dos produtos endógenos do concelho e ações de silvicultura preventiva pela equipa de sapadores.											

INICIATIVA N.º 3 - PROTOCOLO ENTRE FCA E O MUNICÍPIO

Iniciativa n.º 3- Protocolo entre FCA e o Município										Fonte Financiamento	
Protocolo de colaboração para instalação e manutenção de pastagens anuais semeadas em rede de Faixas de gestão de combustível entre o Município de Tavira e a Federação de Caçadores do Algarve e Associações e Clubes de Caça e Pesca promovendo a multifuncionalidade dos espaços agroflorestais.										Orçamento Municipal	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
						■	■				
Recursos											
	Identificação do recurso					Origem do recurso		Custo [€]			
1)	Aquisição de sementes/protocolo caçadores.					Município		75.000,00 €			
2)	Protocolo com Federação Caçadores/Associados e Não Associados - pastagens semeadas.					Município		150.000,00 €			
3)	Elaboração de manual de boa praticas cinegéticas para os incêndios rurais-(da instalação à manutenção) a produzir em formato analógico e digital a entregar a todos os clubes de Caça e Pesca.					Município		Até 25.000,00€			
Total (€)								250.000,00€			
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: A esta data não se identificam ameaças. - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: não aplicável.											
Observações:											
Pretende-se a reconversão de matos pela instalação de pastagens melhoradas e manutenção da área agrícola em locais estratégicos.											

02

CUIDAR

**DOS
ESPAÇOS
RURAIS**

OE2. CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

2.1.1.1 ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM (AIGP)

ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM (AIGP)							2.1.1.1													
Objetivos - Promover a transformação da paisagem em territórios da floresta vulneráveis, visando uma paisagem multifuncional e resiliente, novas atividades económicas e a remuneração dos serviços dos ecossistemas. Principais resultados esperados - Gestão ativa e racional dos territórios agroflorestais; - Garantir a resiliência e rendimento dos proprietários; (Fonte: PROGRAMA NACIONAL DE AÇÃO - PLANO NACIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS 20-30)				Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>DGT, ICNF</td></tr><tr><td>A</td><td></td></tr><tr><td>S</td><td>CCDR, APA, Município</td></tr><tr><td>C</td><td>AGIF, OPF, Entidades gestoras</td></tr><tr><td>I</td><td></td></tr><tr><td>F</td><td></td></tr></table> (Fontes: Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve)					R	DGT, ICNF	A		S	CCDR, APA, Município	C	AGIF, OPF, Entidades gestoras	I		F	
R	DGT, ICNF																			
A																				
S	CCDR, APA, Município																			
C	AGIF, OPF, Entidades gestoras																			
I																				
F																				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC												
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): por definir (com IVA)																				
Indicadores				Unidade		Meta														
1) N.º de AIGP aprovado.				n.º		1														
Gestão de risco do projeto - Ameaças: O processo de constituição decorre junto da entidade promotora, dependendo da disponibilização de apoio financeiro para a sua constituição e da aceitação por parte dos proprietários. - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: Mobilização dos agentes locais para a constituição de AIGP.																				
Observações:																				

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável: A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C – Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F – Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão, **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 - PARTICIPAR NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DAS AIGP DEFINIDAS

Iniciativa n.º 1 - Participar no processo de constituição das AIGP definidas									Fonte Financiamento			
• Participar no processo de constituição das AIGP definidas									A definir			
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
☐	☐	☒	☐	☐	☒	☐	☐	☒	☐	☐	☒	
Recursos												
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo [€]				
1)	Técnicos do município				Município				Por definir			
Total (€)								Por definir				
Gestão de risco da iniciativa												
• Ameaças: Não se reconhecem, no momento, quaisquer ameaças significativas ao desenvolvimento desta iniciativa.												
• Risco Total: Baixo.												
• Resolução Geral: Sem necessidade de resolução												
Observações:												

2.1.1.3 RECUPERAÇÃO PÓS-FOGO E INTERVENÇÃO EM ÁREAS ARDIDAS DE MAIS DE 500HA EM ARTICULAÇÃO COM AS ENTIDADES LOCAIS

RECUPERAÇÃO PÓS-FOGO E INTERVENÇÃO EM ÁREAS ARDIDAS DE MAIS DE 500HA EM ARTICULAÇÃO COM AS ENTIDADES LOCAIS						2.1.1.3															
Objetivos - Intervir nas áreas ardidas em colaboração com as entidades locais na estabilização, recuperação e reordenamento do território. - Apoiar as áreas ardidas com fundos, criar relatórios de estabilização de emergência, implementar medidas propostas no relatório. - Assegurar a reposição da capacidade produtiva. Principais resultados esperados - Reconversão e recuperação da paisagem natural do território rural sujeito a incêndio. - Melhoria da articulação entre as entidades envolvidas no combate no pós-evento; maior foco no planeamento e acompanhamento do pós-evento. (Fonte: PROGRAMA NACIONAL DE AÇÃO - PLANO NACIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS 20-30)					Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>ICNF</td></tr><tr><td>A</td><td></td></tr><tr><td>S</td><td>ANEPC, OPF, EG eSF, APA, DGT</td></tr><tr><td>C</td><td>CCDR, Municípios, GNR, CIM</td></tr><tr><td>I</td><td></td></tr><tr><td>F</td><td></td></tr></table> (Fontes: Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve)					R	ICNF	A		S	ANEPC, OPF, EG eSF, APA, DGT	C	CCDR, Municípios, GNR, CIM	I		F	
R	ICNF																				
A																					
S	ANEPC, OPF, EG eSF, APA, DGT																				
C	CCDR, Municípios, GNR, CIM																				
I																					
F																					
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC													
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): por definir (com IVA)																					
Indicadores					Unidade		Meta														
2) Elaboração de relatórios de estabilização de emergência em áreas superiores a 500 hectares.					%		100														
3) Garantir a realização do proposto no Relatório de Estabilização de Emergência, no prazo máximo de 15 dias.					%		100														
4) Criação de brigadas para intervenção imediata pós-incêndio para reparação pós-supressão e estabilização de emergência.					%		100														
5) Áreas atingidas com fundos de apoio a curto e longo prazo.					%		100														
Gestão de risco do projeto - Ameaças: Dificuldade na celeridade da aplicação das ações de estabilização de emergência em propriedade privada. - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: não aplicável.																					
Observações: Não se prevendo a ocorrência de incêndios com mais de 500 hectares no território municipal, não será possível identificar um orçamento para este projeto. Perante a eventual “ativação” deste projeto, o PRA Algarve prevê um valor total de 7 000 000,00€. Aguarda-se a publicação da Diretiva Operacional de Recuperação das Áreas Ardidas (DORA).																					

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

Iniciativa n.º 1 - Elaboração do Relatório de Estabilização de Emergência dentro do prazo estabelecido									Fonte Financiamento		
• Transpor os programas regionais de ordenamento florestal (prof) para os planos diretores municipais (PDM).									Recursos próprios ICNF		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo [€]			
1)	Técnicos do ICNF					ICNF			Por definir		
2)	Operacionais da FSBF					ICNF			Por definir		
3)	Maquinaria da UNM - ICNF					ICNF			Por definir		
Total (€)									Por definir		
Gestão de risco da iniciativa											
• Ameaças: Não se reconhecem, no momento, quaisquer ameaças significativas ao desenvolvimento desta iniciativa.											
• Risco Total: Baixo.											
• Resolução Geral: não aplicável.											
Observações:											

2.1.1.4 TRANSPOR OS PROGRAMAS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL (PROF) PARA OS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS (PDM)

TRANSPOR OS PROGRAMAS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL (PROF) PARA OS PLANOS DIRECTORES MUNICIPAIS (PDM)						2.1.1.4														
Objetivos - Adaptar as disposições dos PDM para assegurar um alinhamento da estratégia de desenvolvimento e modelo territorial adotados nas áreas rurais de forma a preservar a paisagem e os recursos florestais locais. - Acompanhar e promover a transposição para os PDM. - Garantir a transposição do PROF para o PDM. (Fonte: Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve) Principais resultados esperados - Alinhamento entre as potencialidades dos territórios rurais e a sua estratégia de desenvolvimento local garantindo uma padronização de normas orientadoras - Aumento de ações de reconversão de paisagem segundo os PROF. (Fontes: Programa Nacional de Ação - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30; Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve)				Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>ICNF, Municípios</td></tr><tr><td>A</td><td></td></tr><tr><td>S</td><td>DGT, CIM</td></tr><tr><td>C</td><td>CCDR</td></tr><tr><td>I</td><td></td></tr><tr><td>F</td><td></td></tr></table> (Fontes: Programa Nacional de Ação - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30; Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve)					R	ICNF, Municípios	A		S	DGT, CIM	C	CCDR	I		F	
				R	ICNF, Municípios															
				A																
				S	DGT, CIM															
				C	CCDR															
I																				
F																				
<table><tr><td>PLAN</td><td>PREP</td><td>PREV</td><td>PRES</td><td>SUPR</td><td>POSE</td><td>GOVE</td><td>QUAL</td><td>SIC</td></tr></table>					PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC							
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC												
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): por definir (com IVA)																				
Indicadores					Unidade		Meta													
1) PDM de Tavira com PROF transposto					n.º		1													
Gestão de risco do projeto - Ameaças: Atraso no processo de revisão do PDM e falta de orientações para a transposição do PROF. - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: Disponibilização, por parte do ICNF I.P., de um “Guia Orientador para a transposição dos PROF para os PDM”.																				
Observações: O processo de revisão do PDM de Tavira encontra-se a decorrer, sendo expectável que a segunda reunião da Comissão Consultiva nomeada para acompanhar o processo decorra em 2025. No âmbito deste procedimento será efetuada a transposição do PROF para o PDM devida nos termos da legislação e das orientações existentes sobre a matéria.																				

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C – Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F – Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão, **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 - TRANSPOSIÇÃO DO PROF PARA O PDM

Iniciativa n.º 1 - Transposição do prof para o PDM									Fonte Financiamento		
Transpor os programas regionais de ordenamento florestal (prof) para o plano diretor municipal (PDM).									Município		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Técnicos do Município						Município			Por definir		
Total (€)									Por definir		
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: Não se reconhecem, no momento, quaisquer ameaças significativas ao desenvolvimento desta iniciativa. - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: Disponibilização, por parte do ICNF I.P., de um “Guia Orientador para a transposição dos PROF para os PDM”.											
Observações:											
O processo de revisão do PDM de Tavira encontra-se a decorrer, sendo expectável que a segunda reunião da Comissão Consultiva nomeada para acompanhar o processo decorra em 2025. No âmbito deste procedimento será efetuada a transposição do PROF para o PDM devida nos termos da legislação e das orientações existentes sobre a matéria.											

2.2.1.1 ESTABELECE E OPERACIONALIZAR SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA COORDENAÇÃO E REPORTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMBUSTÍVEL

ESTABELECE E OPERACIONALIZAR SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA COORDENAÇÃO E REPORTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMBUSTÍVEL							2.2.1.1													
Objetivos Estabelecer um sistema de informação e reporte de gestão estratégica de combustível assegurando um alinhamento com os objetivos dos programas de ação do SGIFR. (Fonte: PROGRAMA NACIONAL DE AÇÃO - PLANO NACIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS 20-30)				Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>ICNF</td></tr><tr><td>A</td><td></td></tr><tr><td>S</td><td>DGT, AGIF, ANEPC, Municípios</td></tr><tr><td>C</td><td>OPF, Empresas, AGIF</td></tr><tr><td>I</td><td></td></tr><tr><td>F</td><td></td></tr></table> (Fontes: Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve).					R	ICNF	A		S	DGT, AGIF, ANEPC, Municípios	C	OPF, Empresas, AGIF	I		F	
R	ICNF																			
A																				
S	DGT, AGIF, ANEPC, Municípios																			
C	OPF, Empresas, AGIF																			
I																				
F																				
Principais resultados esperados • Aumento da monitorização das ações de gestão de combustível. • Monitorização local da perigosidade de incendio. • Aumento da articulação entre entidades que executam ações de gestão estratégica de combustível. (Fonte: PROGRAMA NACIONAL DE AÇÃO - PLANO NACIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS 20-30)																				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC												
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 35.000,00€ (com IVA)																				
Indicadores				Unidade		Meta														
1) Reporte de dados de gestão de combustíveis através do sistema de informação.				%		100														
2) Realização de reunião com os agentes do SGIFR que monitorizam intervenções de gestão de combustível.				n.º		1														
3) Produção de cartografia com as áreas de gestão de combustível.				n.º		1														
Gestão de risco do projeto • Ameaças: Falta de recursos humanos para o levantamento das áreas com gestão de combustível de privados. • Risco Total: Baixo. • Resolução Geral: Utilização de SIG e processos de deteção remota para aferição de áreas. Promover o estabelecimento de plataforma regional de recolha de informação para carregamento da informação das diferentes entidades e assegurar o carregamento desta com informação disponibilizada a nível nacional.																				

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão; **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 - MAPEAR ÁREAS INTERVENZIONADAS

Iniciativa n.º 1 - Mapear as áreas intervencionadas										Fonte Financiamento	
Reportar a gestão de combustíveis através do sistema de informação e envio da componente geográfica da informação à entidade responsável para inclusão no repositório de informação relevante para as fases de pré-supressão e supressão.										Orçamento Município	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■			■			■			■		■
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo [€]			
1) Adequação dos Recursos humanos e logístico do SMPC-GTF.				Município				A apurar			
2) Otimização do levantamento e reporte de áreas criando fluxos de informação. (n.º 12 do Artigo 47.º Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro)				Município				A apurar			
3) Compilação da informação de diversas entidades que executam ações de gestão de combustível, de âmbito municipal. (n.º 12 do Artigo 47.º Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro)				Município				A apurar			
Capacitação											
4) Aquisição de <i>drone</i> (com sensores, software, licenciamento) a utilizar para mapeamento de áreas intervencionadas				Município				Até 25.000,00€			
5) Aquisição de serviços de capacitação técnica para pilotos de <i>drone</i> , sensores e software a utilizar para mapeamento.				Município				Até 5.000,00€			
6) Atualização de computadores e hardware que cumpram os “ <i>system requirements</i> ” dos diferentes softwares a utilizar.				Município				Até 5.000,00€			
Otimização de procedimentos											
7) Criação de protocolos (<i>Standard operating procedures</i>) para o SPMC para o mapeamento de áreas.				Município				A apurar			
8) Criação de “ <i>plugin/model</i> ” para produção semiautomática de relatórios e cartografia faixas de gestão de combustível executadas com base em software <i>open source</i> .				Município				A apurar			
9) Criação e normalização transversal de <i>geodatabase</i> para armazenamento áreas intervencionadas.				Município				A apurar			
10) Identificação e análise de mercado de empresas que possuam um serviço de recolha e reporte de mapeamento regular gestão de combustíveis com recurso a deteção remota através de aplicação web com base numa assinatura mensal e produção de relatórios.				Município				A apurar			
Total (€)										35.000,00€	

Gestão de risco da iniciativa

- Ameaças: Falta de recursos para a compilação da informação. Não disponibilização da informação pelas diversas entidades. Custo elevado de aquisição e manutenção de tecnologia, nomeadamente plataforma web e *drone*, elevando o custo operacional por hectare; Precisão reduzida dos dados recolhidos e processados via deteção remota e qualidade dos mapas gerados. Ausência de financiamento para execução da iniciativa.
- Risco Total: Alto
- Resolução Geral: Avaliar a precisão dos dados geoespaciais e a qualidade dos mapas gerados, garantindo que as imagens captadas sejam claras e informativas. Ter um plano de manutenção regular para *drones* e equipamentos de sensores, e suporte técnico disponível para solucionar problemas rapidamente. Considerar a redução de custos através da utilização de software “*open source*”.

Observações:

2.2.1.2 GARANTIR A GESTÃO DA REDE PRIMÁRIA DE FAIXAS DE COMBUSTÍVEL

GARANTIR A GESTÃO DA REDE PRIMÁRIA DE FAIXAS DE COMBUSTÍVEIS							2.2.1.2														
Objetivos - Concluir planeamento da rede primária estruturante. - Concluir o processo de constituição de servidão nos troços prioritários da RPFGC. - Execução e monitorização da RPFGC, de acordo com os condicionalismos de segmentação definidos. Principais resultados esperados - Definir, a nível municipal, os troços constituintes da rede primária estruturante. - Troços prioritários com servidão constituída e processo de execução/operacionalização iniciado.					Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>ICNF</td></tr><tr><td>A</td><td></td></tr><tr><td>S</td><td>Entidades gestoras eSF, OPF</td></tr><tr><td>C</td><td>ANEPC, GPP</td></tr><tr><td>I</td><td></td></tr><tr><td>F</td><td></td></tr></table> (Fontes: Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve).					R	ICNF	A		S	Entidades gestoras eSF, OPF	C	ANEPC, GPP	I		F	
R	ICNF																				
A																					
S	Entidades gestoras eSF, OPF																				
C	ANEPC, GPP																				
I																					
F																					
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC													
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 236.708,83 € (com IVA)																					
Indicadores					Unidade		Meta														
1) Rede primária estruturante planeada.					%		100														
2) Troços da RPFGC com servidão constituída.					hectares		271.1														
3) Execução/operacionalização dos troços municipais da RPFGC.					%		30														
4) Sessões de esclarecimento a proprietários incluídos nas áreas da servidão.					n.º		2														
Gestão de risco do projeto - Ameaças: Processo de constituição da servidão com tempo de operacionalização alargado e dependente das taxas de adesão/aceitação por parte dos proprietários. - Risco Total: Alto. - Resolução Geral: não aplicável.																					
Observações:																					

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão, **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 - CONCRETIZAÇÃO DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO NOS TROÇOS PRIORITÁRIOS

Iniciativa n.º 1 - Concretização do processo de constituição de servidão nos troços prioritários										Fonte Financiamento		
Concretização do processo de constituição de servidão nos troços prioritários.										PRR		
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
■	■	■	■	■								
Recursos												
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]			
1) Empresa contratada pelo ICNF (técnicos						ICNF			163.499,91€			
2) Técnicos do ICNF						ICNF			0,00€			
Total (€)									163.499,91€			
Gestão de risco da iniciativa												
- Ameaças: Falta de adesão dos proprietários - Risco Total: Alto. - Resolução Geral: não aplicável.												
Observações:												

INICIATIVA N.º 2 - EXECUÇÃO/OPERACIONALIZAÇÃO DA RPFGC

Iniciativa n.º 2 - Execução/operacionalização da RPFGC										Fonte Financiamento			
• Execução/operacionalização da RPFGC.										PRR			
Calendarização													
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
								■	■	■	■		
Recursos													
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]				
1)	Empresa contratada pelo ICNF (técnicos, operadores e maquinaria)						ICNF			73.208,92€			
Total (€)										73.208,92€			
Gestão de risco da iniciativa													
• Ameaças: Falhas no processo de constituição de servidões.													
• Risco Total: Alto.													
• Resolução Geral: Priorização de troços com processo de servidão constituído e existência de alternativas com possibilidade de integrarem a rede a executar													

2.2.1.3 GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA

GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA								2.2.1.3	
Objetivos - Reduzir os efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos de interesse público; - Promover a continuidade da rede secundária em áreas de contiguidade; - Monitorizar a gestão da rede secundária. (Fontes: Programa Nacional de Ação - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30; Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve). Principais resultados esperados - Rede secundária executada e gerida para prevenção e apoio na supressão de incêndios. (Fontes: Programa Nacional de Ação - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30; Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve).					Principais entidades envolvidas				
					R ANEPC				
					EC ANEPC				
					A				
					S ICNF, Município, REN, EREDES, IP, IMT, empresas do setor florestal, proprietários e gestores florestais, gestores de infraestruturas, todos os privados				
					C				
					I				
					F GNR, PSP				
					(Fontes: Programa Nacional de Ação - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30; Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve)				
PLAN		PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 1 176 000,00 € (com IVA)									
Indicadores					Unidade			Meta	
1) Gestão efetiva da rede.					ha			Até 3.783,27 ha (PMDFCI Tavira)	
2) Hectares intervencionados.					ha			Até 3.783,27 ha (PMDFCI Tavira)	
3) Hectares intervencionados em APPS.					ha			A definir	
Gestão de risco do projeto - Ameaças: Ausência de financiamento para a execução de faixas de gestão de combustível da rede secundária. Ausência de gestão de combustível nas FGC's previstas, sobretudo se os responsáveis pela gestão de combustível são proprietários privados. O Município de Tavira, excecionalmente, substitui-se aos proprietários, nas obrigações legais de gestão de combustível e realiza trabalhos de limpeza coerciva. - Risco Total: Alto - Resolução Geral: Necessidade de priorização de intervenção, por parte de cada entidade gestora da FGC, em cada área de gestão de combustíveis efetiva da FGC. O Município, nas FGC da sua competência, articula as prioridades de intervenção com o ICNF e as Juntas de Freguesia, avalia a execução de FGC, em substituição dos proprietários, consoante a análise de risco e fiscalização preventiva.									
Observações: Verifica-se a ausência de diretiva de prevenção e visão plurianual das intervenções.									

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão; **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 - EXECUÇÃO DAS FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL DA REDE SECUNDÁRIA

Iniciativa n.º 1 - Execução das faixas de gestão de combustível da rede secundária										Fonte Financiamento	
Execução das faixas de gestão de combustível da rede secundária e gerida para prevenção e apoio na supressão de incêndios (aliena b do artigo 46.º do DL n.º 82/2021, de 13 de outubro)										FSUE, OE, FA, Privados	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
1) Execução da rede de FGC na envolvente da rede rodoviária – IP e Município de Tavira – Até 601,55 ha previsto em PMDFCI.						IP,Município		1.000,00 €/ha (Valor de referência) Até 601.000,00€			
2) Execução da rede de FGC na envolvente das linhas de transporte e distribuição de energia elétrica – EREDES – Área planeada para intervenção em 2025 -397.37 ha						EREDES		1.000,00 €/ha (Valor de referência) 397.000,00€			
3) Execução da rede de FGC na envolvente das linhas de transporte e distribuição de energia elétrica – REN – Área planeada para intervenção 2025 -78,6 ha						REN		1.000,00 €/ha 78.000,00€			
4) Execução da rede de FGC na envolvente de aglomerados populacionais, quando confinante com territórios florestais - largura padrão de 100 m. Até 1.207,31 ha previsto em PMDFCI						Proprietário		1.000,00 €/ha Até 100.000,00 € Até 100ha (Município em substituição do proprietário - execução coerciva)			
5) Execução da rede de FGC na envolvente de <u>edifícios</u> integradas em espaços rurais– Até 1.592,53 ha previsto em PMDFCI.						Proprietário		-			
6) Execução da rede de FGC na envolvente de Parques de campismo, infraestruturas E equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais, plataformas de logística e aterros sanitários. Até 63 ha previsto em PMDFCI.						Proprietário, Município		-			
Total (€)								1 176 000,00 €			
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: Ausência de financiamento para execução da iniciativa; Ausência de prestadores de serviços que permitam a execução de FGC em tempo útil; Aumento da burocracia procedimental para lançamentos de procedimentos de prestação de serviços. - Risco Total: Alto. - Resolução Geral: não aplicável.											
Observações:											
O custo total de execução das faixas de gestão de combustível da rede secundária não é imputável a uma única entidade; resulta, do esforço coletivo, em 2025, de todas as entidades gestoras de FGC's. Considera-se que a responsabilidade											

A ausência de normas técnicas para gestão de combustíveis compromete a inscrição de valores de instrumentos previsionais financeiros municipais (Grandes Opções do Plano e Orçamento), sendo a inscrição destes orçamentos obrigatória nos PME de acordo com o Despacho 9550/2022, de 4 de agosto.

Iniciativa n.º 2 - Identificação de áreas prioritárias para a gestão de combustível									Fonte Financiamento		
- Identificação e mapeamento de áreas prioritárias para a gestão de rede secundária de combustível de acordo com o a vulnerabilidade dos elementos a proteger e prioridades estabelecidas (pessoas e bens): - Locais próximos a aglomerados populacionais; - Locais próximos a infraestruturas críticas; - Maximizar a eficácia das intervenções garantindo que os recursos são alocados de forma estratégica, otimizando a segurança e reduzindo o risco de danos em caso de incêndios florestais. - Estabelecimento de prioridades de execução anuais, atendendo ao exposto na carta de perigosidade de interface urbano rural conjuntural produzida pela DGT, ponderada com o observado no terreno e validado anualmente, destacando-se a variável quantidade de biomassa presente.									OM		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■								■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Definição de objetivos.						Município			A apurar		
Metodologia											
2) Análise do histórico de incêndios rurais, incluindo frequência, intensidade e causas.						Município			A apurar		
3) Identificação de padrões de recorrência.						Município			A apurar		
4) Identificação e recolha de informações sobre infraestruturas críticas e avaliação da sua vulnerabilidade.						Município			A apurar		
5) Realização de visita para identificação e validação de áreas prioritárias a intervir anualmente.						Município			A apurar		
Outputs anuais											

6)	Criação de mapa anual de prioridades de execução de rede secundária de gestão de combustível.	Município	A apurar
7)	Criação de ficha individual por infraestrutura crítica a salvaguardar.	Município	A apurar
8)	Produção de relatório sobre as áreas prioritizadas.	Município	A apurar
Otimização de procedimentos			
9)	Criação de <i>Standard operating procedures</i> para o processo de identificação, análise e priorização de áreas para a gestão de combustível, visando proteger pessoas e bens	Município	A apurar
Total (€)			A definir
Gestão de risco da iniciativa			
- Ameaças: Ausência de financiamento para execução da iniciativa. Ausência de recursos humanos - Risco Total: Muito Alto. - Resolução Geral: não aplicável.			
Observações:			

2.2.1.4 ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL										2.2.1.4																																					
Objetivos - Identificação das zonas prioritárias, no município, para a instalação/operacionalização de áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível (AEMGC). - Minimizar os efeitos e a dimensão dos incêndios rurais através de ações de modificação da estrutura e/ou da composição de povoamentos florestais e de redução da biomassa em áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustíveis na paisagem						Principais entidades envolvidas																																									
						<table><tr><td>R</td><td colspan="5">ICNF, Proprietários, Entidades gestoras, Municípios</td></tr><tr><td>EC</td><td colspan="5"></td></tr><tr><td>A</td><td colspan="5"></td></tr><tr><td>S</td><td colspan="5">Entidades gestoras eSF, Empresas</td></tr><tr><td>C</td><td colspan="5"></td></tr><tr><td>I</td><td colspan="5"></td></tr><tr><td>F</td><td colspan="5">GNR</td></tr></table> (Fonte: PROGRAMA NACIONAL DE AÇÃO - PLANO NACIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS 20-30)						R	ICNF, Proprietários, Entidades gestoras, Municípios					EC						A						S	Entidades gestoras eSF, Empresas					C						I					
R	ICNF, Proprietários, Entidades gestoras, Municípios																																														
EC																																															
A																																															
S	Entidades gestoras eSF, Empresas																																														
C																																															
I																																															
F	GNR																																														
Principais resultados esperados Minimizar os efeitos e a dimensão dos incêndios rurais através de ações de modificação da estrutura e/ou da composição de povoamentos florestais e de redução da biomassa.						PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC																																	
Orçamento Global do Projeto neste PME(€): 100.000,00 € (com IVA)																																															
Indicadores										Unidade			Meta																																		
1) Mapa da AEMGC elaborado.										n.º			1																																		
Gestão de risco do projeto - Ameaças: Não se reconhece qualquer ameaça associada ao projeto. - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: não aplicável.																																															
Observações: Necessidade de normalização regional dos pressupostos metodológicos a adotar para a definição das áreas a incluir no mapa. A partir da data de 01/01/2025 a brigada de sapadores da AMAL deixará de existir;																																															

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão, **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 - EXECUÇÃO DE MOSAICO DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

Iniciativa n.º 1 - Execução de mosaico de parcelas de gestão de combustível										Fonte Financiamento	
Execução de mosaicos de gestão de combustível, assim como todos os trabalhos preparatórios										Orçamento Municipal	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■					■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
1) Definição de prioridades anuais de intervenção para a realização de ações de modificação da estrutura e/ou composição dos povoamentos e redução da biomassa em mosaicos de gestão de combustível em articulação com o ICNF e ANEPC.						Município		A apurar			
2) Execução de mosaicos de parcelas de gestão de combustível (até 100 ha)						Município		1.000,00 €/ha (Valor de referência) Até 100.000,00 €			
Total (€)								100.000,00 €			
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: Ausência de financiamento para execução da iniciativa; Ausência de prestadores de serviços que permitam a execução em tempo útil; Aumento da burocracia procedimental para lançamentos de procedimentos de prestação de serviços. - Risco Total: Alto. - Resolução Geral: não aplicável.											
Observações:											

INICIATIVA N.º 2 - APOIAR NA IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE ÁREAS PASSÍVEIS DE INTEGRAR A CARTOGRAFIA REGIONAL DE AEMGC

Iniciativa n.º 1 - Apoiar na identificação e caracterização de áreas passíveis de integrar a cartografia regional de AEMGC									Fonte Financiamento		
Apoiar na identificação e caracterização de áreas passíveis de integrar a cartografia regional de AEMGC											
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Técnicos/Equipas do município						Município			A apurar		
									Total (€)		A apurar
Gestão de risco da iniciativa											

- Ameaças: Não se reconhecem, no momento, quaisquer ameaças significativas ao desenvolvimento desta iniciativa
- Risco Total: Baixo.
- Resolução Geral: Sem necessidade de resolução

Observações:

2.2.1.5 PROTEÇÃO DE ÁREAS DE ELEVADO VALOR

PROTEÇÃO DE ÁREAS DE ELEVADO VALOR								2.2.1.5	
Objetivos - Identificar, no território municipal, as áreas de elevado valor. Principais resultados esperados - Redução da exposição ao risco das áreas de elevado valor.					Principais entidades envolvidas				
					R		ICNF		
					A				
					S		Proprietários, Entidades gestoras, Entidades gestoras eSF, GNR/UEPS, ANEPC/FEPC		
					C		Municípios		
					I				
					F				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): por definir (com IVA)									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) Elaboração da cartografia das áreas de elevado valor económico, cultural e ambiental.					n.º		1		
Gestão de risco do projeto - Ameaças: Não se reconhece qualquer ameaça associada a este projeto - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: Sem necessidade de resolução									
Observações: Aguarda-se a elaboração a nível regional a cartografia das áreas de elevado valor económico, cultural e ambiental.									

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão; **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 - APOIAR NA IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE ÁREAS PASSÍVEIS DE INTEGRAR A CARTOGRAFIA REGIONAL DE ÁREAS DE ELEVADO VALOR ECONÓMICO

Iniciativa n.º 1 - Apoiar na identificação e caracterização de áreas passíveis de integrar a cartografia regional de áreas de elevado valor económico									Fonte Financiamento		
Apoiar na identificação e caracterização de áreas passíveis de integrar a cartografia regional de AEMGC									Município		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Técnicos/Equipas do município						Município			A apurar		
Total (€)									A apurar		
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: Não se reconhecem, no momento, quaisquer ameaças significativas ao desenvolvimento desta iniciativa. - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: Sem necessidade de resolução											
Observações:											

2.2.1.6 GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS

GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS							2.2.1.6		
Objetivos • Redução do perigo de incêndio através da instalação e gestão de galerias ribeirinhas prioritárias, salvaguardando os valores naturais existentes. • Apoiar ações que visem a instalação e gestão de galerias ribeirinhas prioritárias. Principais resultados esperados • Proteção dos cursos de água com multiplicidade de funções ecológicas e serviços ambientais nas áreas prioritárias.					Principais entidades envolvidas				
					R		ICNF, APA		
					A				
					S		ICNF, Municípios, OPF, Entidades gestoras, OPF		
					C				
					I				
					F				
PLAN		PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): por definir (com IVA)									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) Mapa de galerias ribeirinhas prioritárias elaborado					n.º		1		
Gestão de risco do projeto									
• Ameaças: Não se reconhece qualquer ameaça associada ao projeto • Risco Total: Baixo. • Resolução Geral: Sem necessidade de resolução									
Observações:									
Necessidade de normas técnicas de atuação que considerem a redução do perigo de incêndio através da instalação e gestão de galerias ribeirinhas salvaguardando os valores naturais existentes. Está estabelecido no PNA que o projeto irá desenvolver a nível nacional dois entregáveis prévios à sua Implementação, sendo necessárias para a definição do mapa regional de galerias prioritárias: Mapa das galerias ribeirinhas prioritárias; Norma Técnica de Gestão de Galerias; Aguarda-se pela discussão e publicação desses entregáveis.									

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão; **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 - APOIAR NA IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE ÁREAS PASSÍVEIS DE INTEGRAR A CARTOGRAFIA REGIONAL DE GALERIAS RIBEIRINHAS PRIORITÁRIAS

Iniciativa n.º 1 - Apoiar na identificação e caracterização de áreas passíveis de integrar a cartografia regional de galerias ribeirinhas prioritárias									Fonte Financiamento		
Apoiar na identificação e caracterização de áreas passíveis de integrar a cartografia regional de galerias ribeirinhas prioritárias									Município		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Técnicos/Equipas do município						Município			A apurar		
Total (€)									A apurar		
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: Não se reconhecem, no momento, quaisquer ameaças significativas ao desenvolvimento desta iniciativa. - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: Sem necessidade de resolução											
Observações:											

2.2.1.7 PROMOVER O APOIO AO PASTOREIO EXTENSIVO COM REBANHOS

PROMOVER O APOIO AO PASTOREIO EXTENSIVO COM REBANHOS							2.2.1.7													
Objetivos - Promover a adoção do pastoreio extensivo com rebanhos, como instrumento de redução do risco de incêndio (gestão de combustível) nas zonas rurais nos territórios vulneráveis, contribuindo para a valorização do território. - Valorizar o pastor, a fileira do leite da carne e da pela por via de um programa de pecuária extensiva. - Promoção da pastorícia com apoio financeiro através de apoio por hectare de gestão de combustível por pastoreio Principais resultados esperados - Aumento da gestão de combustível nos territórios vulneráveis com recurso ao pastoreio extensivo. - Gestão de combustível através do pastoreio extensivo - Promoção de um modelo multifuncional agro-silvo-pastoril, associado às raças autóctones, valorização dos seus produtos e reconhecimento dos serviços ecossistémicos prestados pelo pastor. (Fontes: Programa Nacional de Ação - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30; Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve).					Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>CCDR - DRAP</td></tr><tr><td>A</td><td>CMGIFR</td></tr><tr><td>S</td><td>Município, ICNF, DGAV, Criadores pecuários, associações (ANCCRAL, ASCAL)</td></tr><tr><td>C</td><td>CIM, AGIF</td></tr><tr><td>I</td><td></td></tr><tr><td>F</td><td>CMGIFR</td></tr></table> (Fontes: Programa Nacional de Ação - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30; Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve).				R	CCDR - DRAP	A	CMGIFR	S	Município, ICNF, DGAV, Criadores pecuários, associações (ANCCRAL, ASCAL)	C	CIM, AGIF	I		F	CMGIFR
R	CCDR - DRAP																			
A	CMGIFR																			
S	Município, ICNF, DGAV, Criadores pecuários, associações (ANCCRAL, ASCAL)																			
C	CIM, AGIF																			
I																				
F	CMGIFR																			
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC												
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): por definir (com IVA)																				
Indicadores					Unidade		Meta													
1) Número de hectares com gestão de combustível efetuado com recurso ao pastoreio extensivo.					ha		Até 10 ha													
2) Número de bovinos, ovinos e caprinos apoiados em regime extensivo.					N.º		Até 15 animais													
3) Número de produtores pecuários aderentes ao programa Pastoreio Extensivo.					N.º		Até 1													
4) Número de pastores formados.					N.º		Até 1													
Gestão de risco do projeto - Ameaças: Ausência de financiamento para a realização das intervenções. - Risco Total: Alto - Resolução Geral: Financiamento. O PRA Algarve prevê um valor total de 720.000€																				
Observações:																				

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

INICIATIVA N.º 1 - IMPLEMENTAÇÃO DO PASTOREIO EXTENSIVO COM REBANHOS COMO FORMA DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL EM ESPAÇO RURAL

Iniciativa n.º 1 - Implementação do pastoreio extensivo com rebanhos como forma de gestão de combustível em espaço rural										Fonte Financiamento	
- Implementação de projeto piloto para apoiar o pastoreio extensivo com rebanhos como forma de gestão de combustível em espaço rural, enquanto ferramenta eficaz para prevenir incêndios potencializando a resiliência do território (fogos menos intensos com menos biomassa) com raças autóctones ovinas e caprinas com destaque para a “Churra algarvia” e a “Cabra algarvia” respetivamente. - Implementar uma abordagem integrada flexível e adaptado ao concelho, que combina a agricultura, pastoreio e fogo controlado ajudando a preservar a pastorícia dirigida extensiva como uma atividade econômica no concelho.										(a aguardar fonte de financiamento)	
Calendarização: A definir											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo [€]			
Planeamento do projeto piloto e análise inicial											
1) Visita aos projetos <i>LIFE LANDSCAPE FIRE</i> e <i>Fireshepherds</i> (Fundação Pau Costa). Realizar análise de benchmark realizados em Portugal e Espanha				Município				A definir			
2) Identificação de áreas prioritárias para intervenção, tipos de vegetação predominante, distribuição de combustíveis florestais, avaliação da carga combustível existente, antes da execução.				Município				A definir			
3) Caracterização das raças "Churra Algarvia" e "Cabra Algarvia" pela sua adaptabilidade e comportamento de pastoreio em Tavira.				Município				A definir			
Consulta com <i>stakeholders</i>											
4) Envolvimento de agricultores, pastores, comunidades locais, <i>ONGs</i> e entidades governamentais para discutir o projeto e alinhar expectativas.				Município				A definir			
5) Desenho do modelo de silvo-pastorícia adaptado aos objetivos. Definição de áreas de pastoreio, quantidades e rotações de animais, épocas do ano mais indicadas e técnicas de gestão específicas, níveis de lotação animal e períodos de rotação.				Município				A definir			
Formação e teste de campo											
6) Formação para pastores para o uso dirigido das raças ovinas e caprinas. Inclui planos piloto para testar diferentes práticas de gestão e				Município				A definir			

promovendo a adesão através de incentivos financeiros e apoio técnico.		
7) Construção, aquisição e/ou implementação de equipamentos e instalações para monitorização de rebanhos, de cercas elétricas amovíveis, abrigos, e pontos de água para os animais, caso necessário.	Município	A definir
8) Construção, aquisição e/ou implementação de equipamentos e instalações para monitorização de rebanhos, de cercas elétricas amovíveis, abrigos, e pontos de água para os animais, caso necessário.	Município	A definir
9) Introdução gradual de animais para acompanhamento de pastoreio e os efeitos na biomassa.	Município	A definir
10) Acompanhamento e avaliação da redução da biomassa vegetal remanescente após herbivoria. Verificação de saúde dos animais e ajuste de gestão conforme necessário. Monitorização da biomassa através do cálculo de índices de vegetação com recurso a imagens multiespectrais recolhidas com UAV e complementada com sensores nos animais.	Município	A definir
Outputs		
11) Elaboração de plano de pastoreio dirigido (no espaço e no tempo) para as propriedades e proprietários que participem no projeto piloto. Integrar o uso de fogo controlado para reduzir a carga de combustível.	Município	A definir
12) Elaboração de manual para pastores de apoio à gestão.	Município	A definir
Sensibilização		
13) Realização de atividades de sensibilização para a comunidade sobre a importância do pastoreio dirigido para a prevenção de incêndios rurais.	Município	A definir
14) Recolha de opiniões e sugestões de pastores, comunidade local e entidades envolvidas para identificação de melhorias.	Município	A definir
15) Produção de vídeo para capacitação de tomadores de decisão (governança) sobre os benefícios da prevenção de incêndios através do pastoreio dirigido combinado com outras ações de gestão de combustíveis como o fogo controlado.	A definir	A definir
Análise dos resultados obtidos		
16) Elaboração de relatório com as lições aprendidas, impactos positivos/negativos; documentação dos serviços prestados à comunidade e à prevenção de incêndios florestais, destacando-se o desaparecimento de pastores, de raças autóctones associado ao desaparecimento de produtos e técnicas	A definir	A definir

tradicionais. Estimar os impactos monetários das ações de gestão.

Total (€)

A definir

Gestão de risco da iniciativa

- Ameaças: Desconfiança ou falta de interesse por parte dos pastores e proprietários locais em adotar novas práticas de gestão. As raças autóctones podem não se adaptar bem a determinadas áreas, comprometendo o sucesso do projeto. Secas severas ou outras condições climáticas desfavoráveis podem afetar a disponibilidade de pastagem. Riscos de doenças que possam comprometer o bem-estar e a produtividade dos rebanhos. Dificuldades na gestão e deslocação dos animais e falta de infraestrutura adequada.
- Risco Total: Muito Alto.
- Resolução Geral: O custo de aquisição e manutenção de rebanhos será proporcional ao tamanho do rebanho e às necessidades de pastoreio. Se já existirem estruturas de apoio (cercas, abrigos), os custos podem ser reduzidos.

Indicadores	Iniciativa	Unidade	Meta
Quantidade de combustível florestal consumida nas áreas alvo.	Iniciativa n.º 1	Ton/ha	Até 4 ton/ha
Número de hectares com gestão de combustível efetuado com recurso a pastoreio extensivo	Iniciativa n.º 1	ha	100ha
Número de dias de pastoreio	Iniciativa n.º 1	un	Até 180 dias
Número de ocorrências de incêndio nas áreas geridas em comparação com anos anteriores.	Iniciativa n.º 1	un	Redução até 50% das ocorrências
N.º de bovinos e caprinos de raça autóctone apoiados	Iniciativa n.º 1	un	Até 150
Número de detentores de estatuto de agricultura familiar com projeto apoiado ao pastoreio extensivo	Iniciativa n.º 1	un	Até 10
Observações:			

2.2.1.9 USO DO FOGO COMO ESTRATÉGIA INTEGRADA DE GESTÃO FLORESTAL RURAL

USO DO FOGO COMO ESTRATÉGIA INTEGRADA DE GESTÃO FLORESTAL RURAL							2.2.1.9		
Objetivos - Promoção da técnica do fogo controlado. - Dinamização e melhoria das ações de comunicação sobre o fogo controlado. - Capacitação, articulação e treino dos intervenientes. (Fontes: Programa Nacional de Ação - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30). Principais resultados esperados - Diminuição do número de ocorrências e área afetada por uso indevido do fogo. - Promoção do uso racional do fogo. - Aumento da área tratada com fogo controlado. - Aumento da utilização do fogo controlado como forma de treino operacional para a supressão. (Fontes: Programa Nacional de Ação - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30; Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve).					Principais entidades envolvidas				
					R	ICNF			
					A				
					S	Proprietários, Entidades gestoras, Entidades gestoras eSF, GNR, DGADR, ANEPC, Município, CIM			
					C	AGIF			
I									
F									
					(Fontes: Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve).				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€):19.500,00€									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) N° de ações de treino e promoção do fogo controlado realizadas com a participação de intervenientes e agentes do SGIFR.					N.º		1		
2) Hectares de fogo controlado realizados.					ha		15		
3) Iniciativas de treino e promoção do fogo controlado					N.º		1		
Gestão de risco do projeto - Ameaças: Não aproveitamento da janela de oportunidade para a realização das ações de fogo controlado. Ausência de recursos humanos e logísticos; Ausência de financiamento; Territórios sem história no uso da técnica de fogo controlado para gestão de combustível. - Risco Total: Elevado. - Resolução Geral: Analisar a prescrição de cada parcela atempadamente. Criar e reforçar mecanismos de comunicação de forma a melhorar o diálogo e a passagem de informação, ao nível das entidades com responsabilidade no SGIFR, para maximizar a componente de treino operacional.									
Observações:									

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN - Planeamento; **PREP** - Preparação; **PREV** - Prevenção; **PRES** - Pré-Supressão; **SUPR** - Supressão; **POSE** - Pós- Evento; **GOVE** - Governança; **QUAL** - Qualificação; **SIC** - Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 - EXECUÇÃO DE 15 HECTARES DE FOGO CONTROLADO EM 2025

iniciativa n.º 1 - Execução de 15 hectares de fogo controlado em 2025										Fonte Financiamento	
- Execução de 15 hectares de fogo controlado em 2025. - Dinamização da técnica de fogo controlado em territórios sem história ou com baixa execução, sobretudo em áreas de alta e muito alta perigosidade e em áreas com potencial para grandes incêndios de acordo com o exposto em plano municipal de fogo controlado.										Orçamento Município	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■					■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
1) Equipas municipais (eSF, Proteção Civil, GTF, Bombeiros) Realização até 6 ações de fogo controlado e /ou 15 hectares, previsto em Plano Municipal de Fogo Controlado envolvendo equipas e entidades na redução do risco de incêndio rural.						Município		2.250,00€/ação			
2) Preparação e transformação de veículo existente no SMPC para uso operacional em ações de fogo controlado com estrutura deslizante, caixas estanques, tampa, forro, leds e demais equipamentos.						Município		A definir			
3) Aquisição de equipamento complementar à realização de ações de fogo controlado como sinais de transito personalizados, painel de SITAC e tablet para registo no campo de todos os dados da operação de fogo controlado no terreno e sua sincronização automática geográfica.						Município		A definir			
4) Produção de panfleto para sensibilizar munícipes e proprietários sobre a importância de realização de ações de fogo controlado, desmistificando o seu uso.						Município		A definir			
5) Aquisição de conjunto de 12 walkie-talkies de duas vias e/ou 6 rádios SIRESP e respetivos acessórios						Município		6.000,00 €			
6) Produção de vídeo de curta duração adequado para divulgação nas redes sociais para sensibilização de munícipes e proprietários sobre a importância de realização de ações de fogo controlado, desmistificando o seu uso						Município		A definir			
Total (€)								19.500,00€			
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: Ausência de financiamento para execução da iniciativa. - Risco Total: Elevado.											

- Resolução Geral: O apoio institucional do ICNF, Bombeiros Municipais de Tavira, GNR, Juntas de Freguesia, Clubes de Caça e articulação com as demais entidades no uso de fogo. Planeamento para períodos do ano com condições meteorológicas mais previsíveis e seguras com planos de contingência e capacidade de reagendar operações.

Observações:

Sempre que as ações previstas incidam em propriedades privadas estão dependentes da aprovação dos respetivos proprietários para a sua execução.

2.2.2.1 PROMOVER PROCESSOS DE COMPOSTAGEM

PROMOVER PROCESSOS DE COMPOSTAGEM								2.2.2.1	
Objetivos - Promover a utilização de compostagem por parte dos proprietários, de forma a otimizar a gestão de recursos e fomentar a utilização de processos de reaproveitamento orgânicos que preservem as propriedades do espaço rural, originando a redução de queimas e uma melhor gestão de combustível. (Fontes: Programa Nacional de Ação - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30; Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve). Principais resultados esperados - Aumento do número de propriedades agrícola a utilizar processo de compostagem. (Fontes: Programa Nacional de Ação - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30; Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve).					Principais entidades envolvidas				
					R Municípios, CIM				
					A				
					S DGAL, ICNF, CCDR, Proprietários, APA				
					C DGADR, CCDR				
I									
F									
(Fontes: Programa Nacional de Ação - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30; Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve).									
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME(€): 360.000,00€ (com IVA)									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) N.º freguesias com processos biotrituração de sobrantes agroflorestais.					un		80%		
2) Redução do número de ignições por adesão de agricultores ao programa.					%		50%		
3) N.º de hectares de espaços rurais onde são utilizados equipamentos tipo biotrituradores.					ha		(a definir)		
Gestão de risco do projeto - Ameaças: Ausência de financiamento. - Risco Total: Alto. - Resolução Geral: Através do financiamento para o desenvolvimento dos processos de biotrituração junto dos proprietários florestais, bem como da capacitação dos mesmos para esta rotina, proporciona-se a redução do número de ignições, na sequência da redução de queimas de resíduos florestais e sobrantes.									
Observações:									

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN - Planeamento; **PREP** - Preparação; **PREV** - Prevenção; **PRES** - Pré-Supressão; **SUPR** - Supressão; **POSE** - Pós- Evento; **GOVE** - Governança; **QUAL** - Qualificação; **SIC** - Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 - INCENTIVAR A UTILIZAÇÃO DE ESTILHA PRODUZIDA PELOS SOBRANTES AGROFLORESTAIS

Iniciativa n. º1 - Incentivar a utilização de estilha enquanto reutilização dos sobrantes agroflorestais, divulgando os seus benefícios									Fonte Financiamento		
- Aquisição bio trituradores de destroçamento/estilhaçamento de materiais agroflorestais lenhosos sobrantes complementados com entrega de compostores domésticos com vista à sua valorização e reaproveitamento. - Implementação de projetos que procuram aumentar significativamente a gestão de combustíveis mitigando as alterações climáticas, protegendo as comunidades do risco de incêndio e fortalecendo as economias rurais.									PRR, FA, POSEUR, FEADER, OM		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
Definição das "áreas prioritárias de intervenção"											
1) Definição das "áreas prioritárias de intervenção" seja na origem da produção do material lenhoso sobrante, seja na proximidade do seu consumo.						A definir		A definir			
Aquisição de equipamentos											
2) Aquisição de seis biotrituradores/ hidráulicos rebocáveis com engate, de sobrantes agroflorestais para uso comunitário em todas as freguesias com forte matriz agroflorestal e onde exista mais solicitações de autorização de queimas.						Município		Até 60.000€/unidade Até 360.000,00€			
Capacitação											
3) Realização de 5 ações formação teórico-práticas sobre operação, manutenção e conservação destinada a funcionários/utilizadores.						Município		A definir			
4) Realização de 5 workshops e sessões de utilização de bio-triturador para o público rural em espaços comuns e locais de fácil acesso para a população mais idosa, com a presença de Oficiais de Segurança Locais dos Programas de Aldeia Segura Pessoas Seguras e Juntas de Freguesia. As ações devem demonstrar os benefícios da estilha, como a melhoria do solo e o potencial de prevenção de incêndios num processo social e partilhado.						Município		A definir			
5) Realização de 5 workshops para jovens voluntários locais que ajudem os mais idosos no uso dos bio-trituradores, criando						Município		A definir			

um banco de apoio” local, com elementos que possam dar assistência.			
Divulgação e sensibilização			
6) Elaboração de programa de comunicação para proprietários rurais, tendo como objetivo divulgar as mais valias de utilização de estilha como complemento a produções agrícolas e florestais (compostagem ou cobertura de solo). Pretende-se o uso de materiais de fácil compreensão (vídeos curtos, cartazes e panfletos) para explicar o processo e seus benefícios assim como a realização de visitas e sessões de campo para mostrar na prática o funcionamento dos equipamentos.	Município	A definir	
7) Elaboração e produção de “vouchers” municipais para aquisição de material complementar, como ferramentas de compostagem ou recipientes de armazenamento de estilha, assim como suínos de raça alentejana para uso comunitário.	Município	A definir	
Outputs			
8) Produção de relatório anual com métricas ambientais e econômicas de forma a ajustar as estratégias municipais. Deverá incluir os custos de aquisição de trituradores, capacitação e manutenção do programa.	Município	A definir	
Total (€)		360.000,00€	
Gestão de risco da iniciativa			
- Ameaças: Proprietários privados com historial de queima de sobrantes e resíduos verdes e baixa utilização de compostagem. Ausência de equipamento biotriturador comunitário. Ausência de recursos humanos capacitados para operar um equipamento biotriturador comunitário. - Risco Total: Muito Alto. - Resolução Geral: Capacitação de recursos humanos especializados na operacionalização de equipamento.			
Indicadores	Iniciativa	Unidade	Meta
Quantidade (em toneladas) de resíduos convertidos em estilha através dos relatórios de operação das máquinas de trituração.	Iniciativa n.º 1	Toneladas	Até 10 ton
Número de agricultores ou proprietários que aderiram ao programa.	Iniciativa n.º 1	n.º	Até 10
Custo por tonelada de estilha produzida.	Iniciativa n.º 1	€/ton	Até 50€/ton
Quantidade de biomassa processada por hora.	Iniciativa n.º 1	ton	Até 10ton/h
Número de workshops, palestras ou campanhas realizadas para educar sobre os benefícios da biotrituração.	Iniciativa n.º 1	un	Até 10

2.3.1.1 REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS REGRAS DAS REDES DE DEFESA PELOS PRIVADOS

REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS REGRAS DAS REDES DE DEFESA PELOS PRIVADOS								2.3.1.2	
Objetivos - Adequar as regras de gestão das redes de defesa ao benefício obtido. - Proteger o território com eficiência financeira. Principais resultados esperados - Acompanhar o desenvolvimento do projeto.					Principais entidades envolvidas				
					R GNR, Município, privados				
					A				
					S ICNF, Município, AGIF, OPF, ANEPC, CIM, Org. Agric.				
					C ANEPC, ICNF, DGT, CCDR				
					I				
					F				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€):por definir (com IVA)									
Indicadores					Unidade			Meta	
1) Foram detetadas em 2024 um total de 33 sinalizações na fase de Sensibilização e Monitorização, que resultaram em 13 cumprimentos voluntários e em 20 autos de contraordenação elaborados.					100% do pretendido			30 Ações de Patrulhamento	
Gestão de risco do projeto									
- Ameaças: Grandeza do território a fiscalizar face aos meios humanos e materiais disponíveis para a realização dos diferentes serviços efetuados diariamente pela Guarda Nacional Republicana. - Risco Total: Face às diferentes áreas de atuação da Guarda Nacional Republicana através do Núcleo de Proteção Ambiental, poderá não conseguir cumprir as ações de patrulhamento previstas. - Resolução Geral: Alocar patrulhamento diário e exclusivo à sensibilização e monitorização.									
Observações:									

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão, **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 - AÇÕES DE PATRULHAMENTO PARA SENSIBILIZAÇÃO E MONITORIZAÇÃO

Iniciativa n.º 1 - Ações de patrulhamento para sensibilização e monitorização										Fonte Financiamento	
• Ações de patrulhamento para sensibilização e monitorização.										A definir	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	■	■	■								
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1)	Viatura e militares da Guarda nacional Republicana					GNR			A definir		
2)	Viatura e Técnico do Município					Município			A definir		
Total (€)									A definir		
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: Grandeza do território a fiscalizar face aos meios humanos e materiais disponíveis para a realização dos diferentes serviços efetuados diariamente pela Guarda Nacional Republicana. - Risco Total: Face às diferentes áreas de atuação da Guarda Nacional Republicana através do Núcleo de Proteção Ambiental, poderá não se conseguir cumprir as ações de patrulhamento previsto. - Resolução Geral: Alocar patrulhamento diário e exclusivo à sensibilização e monitorização.											
Observações:											
Não há a possibilidade de quantificar e aferir valores localmente às ações de sensibilização e monitorização em virtude de as mesmas ocorrerem no seguimento de policiamento geral, que ocorre em mais que um Concelho.											

2.3.1.2 GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NOS AGLOMERADOS RURAIS E ENVOLVENTE DE ÁREAS EDIFICADAS

GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NOS AGLOMERADOS RURAIS E ENVOLVENTE DE ÁREAS EDIFICADAS						2.3.1.2															
Objetivos - Implementar Condomínios de Aldeia (CA). - Replicar iniciativas com sucesso no concelho. - Reporte e Acompanhamento dos CA em execução/implementação. - Incentivar os proprietários agrícolas locais a assumirem faixas de gestão como forma de obterem novo rendimento (Fonte: Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve) Principais resultados esperados - Redução do risco de incêndio fruto de uma melhor gestão de combustível nas faixas protegendo o território e edificado rural. - Aumento do rendimento dos proprietários agrícolas por via da exploração das faixas de gestão.						Principais entidades envolvidas <table border="1"> <tr> <td>R</td> <td>Município, privados</td> </tr> <tr> <td>A</td> <td></td> </tr> <tr> <td>S</td> <td>OPF, ANEPC, CIM, Org. Agricultores</td> </tr> <tr> <td>C</td> <td>SEADR, SECNFOT, ICNF, DGT, DRAP CCDR</td> </tr> <tr> <td>I</td> <td></td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>GNR</td> </tr> </table> (Fonte: PROGRAMA NACIONAL DE AÇÃO - PLANO NACIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS 20-30)				R	Município, privados	A		S	OPF, ANEPC, CIM, Org. Agricultores	C	SEADR, SECNFOT, ICNF, DGT, DRAP CCDR	I		F	GNR
R	Município, privados																				
A																					
S	OPF, ANEPC, CIM, Org. Agricultores																				
C	SEADR, SECNFOT, ICNF, DGT, DRAP CCDR																				
I																					
F	GNR																				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC													
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): por definir (com IVA)																					
Indicadores					Unidade		Meta														
2) Número de condomínios de aldeia constituídos e/ou em implementação.					n.º		2														
Gestão de risco do projeto - Ameaças: - Risco Total: Alto. - Resolução Geral: não aplicável.																					
Observações:																					

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão, **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 – IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CONDOMÍNIO DE ALDEIA

Iniciativa n.º 1 - Implementação do programa condomínio de aldeia (CA)									Fonte Financiamento		
Implementação do programa condomínio de aldeia enquanto programa que apoiar a recuperação e valorização de aldeias e lugares.									A definir		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
Preparação da implementação de novos CA											
1) Elaboração de anteprojecto de CA para 5 “lugares” por freguesia prioritária em APPS, considerando a manutenção das infraestruturas a longo prazo.						Município			A definir		
2) Implementação de metodologias que permitam um maior envolvimento dos residentes, desde a tomada de decisão até a execução, em sede de anteprojecto						Município			A definir		
3) Análise da possibilidade de integração de práticas ecológicas e energias renováveis, para a gestão da água e resíduos em sede de anteprojecto						Município			A definir		
4) Análise em sede de anteprojecto da possibilidade de instalação piloto em edifícios públicos e/ou comunitários integrante de CA (de acesso gratuito à internet (hotspot WiFi)) via satélite tipo “Starlink” facilitando o desenvolvimento económico e social de “neo rurais”.						Município			A definir		
5) Análise exploratória de criação de modelos de negócio para um CA que produza externalidades positivas através de práticas de agriculturas e sua interligação com mercado local, enquanto fonte de rendimento/alimentação em cantinas escolares						Município			A definir		
Comunicação e sensibilização em novos CA											
6) Desenvolvimento de “toolkit” de comunicação para empresas que possam contribuir para a manutenção do condomínio de aldeia promovendo o seu desenvolvimento sustentável.						Município			A definir		
Implementação de CA de Tavira											
7) Instalação de depósito de água em estrutura de aço em condomínio da Aldeia de Tavira com capacidade até 120m³ com ligação a captação de água e sua compatibilização com a envolvente através						Município			A definir		

da construção de miradouro (projeto de arquitetura paisagista)			
8)	Elaboração projeto de execução de rede de distribuição de água dedicada a incêndios rurais e rede dedicada a agricultura familiar em condomínio da Aldeia de Tavira, complementada com dispositivos de controlo de fluxos e consumos e gestão remota- telemetria (Registos automáticos, Alertas)	Município	A definir
9)	Empreitada de fornecimento e instalação de rede de distribuição de água dedicada a incêndios rurais e rede dedicada a agricultura familiar em condomínio da Aldeia de Tavira, complementada com a instalação de hidrantes exteriores e bocas de rega setorizadas.	Município	A definir
10)	Melhoria da acessibilidade e mobilidade através da manutenção e beneficiação de estradas e caminhos municipais integrantes do CA de Tavira e/ou sua envolvente	Município	A definir
11)	Criação e colocação de sinalização (zonas sem saída, zonas de cruzamento de veículos, zonas de inversão de marcha, largura das vias) em estradas e caminhos municipais integrantes do CA de Tavira e/ou sua envolvente.	Município	A definir
12)	Conservação de património no CA de Tavira com valor rural como muros de pedra seca, currais, palheiros e eiras incentivando a utilização de materiais e técnicas tradicionais.	Município	A definir
Total (€)			A definir
Gestão de risco da iniciativa - Ameaças: - Risco Total: - Resolução Geral			
Indicadores	Iniciativa	Unidade	Meta
Área gerida no CA de Tavira em relação à área total	Iniciativa n.º 1	ha	≥80% da área de intervenção limpa anualmente
Cumprimento do cronograma anual de intervenções no CA de Tavira	Iniciativa n.º 1	%	75% das ações planeadas realizadas até ao final de 2025
Número de aldeias consideradas "resilientes" após a implementação do programa CA.	Iniciativa n.º 1	n.º	≥90% das aldeias abrangidas como resilientes.
Observações:			

2.3.1.4 PROGRAMAS “ALDEIA SEGURA” E “PESSOAS SEGURAS” (ASPS)

PROGRAMAS “ALDEIA SEGURA” E “PESSOAS SEGURAS” (ASPDS)							2.3.1.4														
Objetivos - Implementação de medidas de apoio às populações rurais que promovam a prevenção de comportamentos de risco e proteção em caso de incêndios rurais. - Dinamização de ações de sensibilização em aldeias situadas nas APPS com o intuito de sensibilizar a implementação do programa. (Fontes: Programa Nacional de Ação - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30; Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve). Principais resultados esperados - Aumento da segurança das pessoas e infraestruturas nos territórios rurais devido a um melhor sistema de preparação e autoproteção a incêndios e a uma redução nos comportamentos de risco da população, fruto de uma maior sensibilização. - Redução do número de ocorrências. (Fontes: Programa Nacional de Ação - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30; Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve).					Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>ANEPC, Município</td></tr><tr><td>A</td><td></td></tr><tr><td>S</td><td>Município, GNR, CCDR, Juntas de Freguesia</td></tr><tr><td>C</td><td>AGIF, ICNF, DGT, OPF, Produtores Agrícolas.</td></tr><tr><td>I</td><td></td></tr><tr><td>F</td><td>CRGIFR</td></tr></table> (Fontes: Programa Nacional de Ação - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30; Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve).					R	ANEPC, Município	A		S	Município, GNR, CCDR, Juntas de Freguesia	C	AGIF, ICNF, DGT, OPF, Produtores Agrícolas.	I		F	CRGIFR
					R	ANEPC, Município															
A																					
S	Município, GNR, CCDR, Juntas de Freguesia																				
C	AGIF, ICNF, DGT, OPF, Produtores Agrícolas.																				
I																					
F	CRGIFR																				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC													
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): por definir (com IVA)																					
Indicadores					Unidade		Meta														
1) Aglomerados rurais abrangidos.					N.º		4														
2) Aglomerados com ações nos níveis de atuação dos programas.					%		A definir														
3) Área tratada na envolvente dos aglomerados rurais.					ha		A definir														
4) Aglomerados situados em APPS com implementação dos programas ASPDS.					N.º		A definir														
Gestão de risco do projeto - Ameaças: Comportamentos de risco da população no uso do fogo e ausência de medidas de autoproteção do edificado e aglomerados populacionais em espaço rural. A não identificação e disponibilidade do Oficial de Segurança Local, sendo um elemento “chave” do aglomerado, sendo desejável que o mesmo seja residente e com mobilidade. - Risco Total: Moderado. - Resolução Geral: Reforço de ações de sensibilização para redução de comportamentos de risco no uso do fogo. Promoção da utilização da compostagem e/ou trituração de resíduos agroflorestais em detrimento da queima de sobrantes em articulação com as juntas de freguesia e associações locais.																					
Observações: A implementação do Programa “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras, está diretamente dependente da realização da faixa de gestão de combustível (FGC-rede secundária), uma vez que só faz sentido implementar o programa se a referida aldeia possuir a FGC realizada (e mantida periodicamente). Refere-se ainda que a execução de FGC (100m) em determinado aglomerado populacional tem implicação direta na afetação e gestão de meios quer preventivamente quer num decurso do teatro de operações (TO).																					

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C – Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F – Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão; **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 - ELABORAR UM DIAGNÓSTICO PARA IDENTIFICAÇÃO DOS AGLOMERADOS RURAIS POTENCIAIS PARA ASPS, NAS ÁREAS PRIORITÁRIAS DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA (APPS) DE FORMA A PRIORIZAR A SUA IMPLEMENTAÇÃO.

Iniciativa n.º 1 - Elaborar um diagnóstico para identificação dos aglomerados rurais potenciais para ASPS, nas áreas prioritárias de prevenção e segurança (APPS) de forma a priorizar a sua implementação.										Fonte financiamento	
- Implementação do programa ASPS apenas em áreas geográficas em função dos níveis de perigo complementando a definição de prioridades, nomeadamente na localização de APPS. - Alinhar o programa "aldeias seguras" com o condomínio de aldeia e com a rede secundária de FGC, enquanto iniciativa associadas à gestão de combustível e à transformação da paisagem para aumentar a capacidade de autoproteção da população.										A definir	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso								Origem do recurso	Custo [€]		
Diagnóstico											
1) Elaboração de diagnóstico para identificação dos aglomerados rurais localizados em áreas prioritárias de prevenção e segurança (APPS) e sua priorização de intervenção, utilizando conjuntos de dados como censos, vulnerabilidade social, extensão da interface urbano rural, oficiais de segurança, abrigos ou refúgios, planos de evacuação, históricos de incêndios. dados de vegetação, pontos críticos.								Município	A apurar		
2) Elaboração de análise exploratória de benefícios enquanto custos evitados devido à implementação do ASPS em função de redução do risco de incêndio.								Município	A apurar		
3) Determinar quais os lugares/povoações com limites de autoproteção face a intensidade fogo, água para alimentar kits de autoproteção e sua classificação.								Município	A apurar		
Outputs											
4) Identificação e hierarquização por junta de freguesia de povoações que necessitam de intervenção imediata face ao risco, exposição e vulnerabilidade de forma a alocar recursos de forma mais eficaz às áreas que mais precisam, maximizando assim o impacto de um programa.								Município	A apurar		
5) Elaboração do BI/dossiê das aldeias prioritárias com caracterização das estradas de evacuação e infraestruturas críticas.								Município	A apurar		

6) Elaboração e/ou revisão de Planos de Evacuação com mapeamento de rotas de evacuação e sinalética a instalar. Colocação de código QR para o website e placards do programa ASPS.	Município	A apurar	
7) Atualização cartográfica pré incêndio através do uso de drone, elaborando kit cartográfico de ASPS.	Município	A apurar	
	Total (€)	A definir	
Gestão de risco da iniciativa			
• Ameaças: As ameaças referidas na gestão de risco do projeto. • Risco Total: 6 – Moderado • Resolução Geral: A resolução referida na gestão de risco do projeto.			
Indicadores	Iniciativa	Unidade	Meta
Classificação de prioridade dos aglomerados em níveis de prioridade (alta, média, baixa).	Iniciativa n.º 1	%	100% dos aglomerados classificados
Número de aglomerados identificados como prioritários	Iniciativa n.º 1	%	Identificar 100% dos aglomerados em Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS).
Observações:			

INICIATIVA N.º 2 – IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA ASPS POR ORDEM DE PERIGOSIDADE

Iniciativa n.º 2 - Implementação de programa ASPS por ordem de perigosidade e monitorizar os seus resultados.										Fonte Financiamento	
Implementação de programa ASPS por ordem de perigosidade e monitorização dos seus resultados.										OE, PRR, PO	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
Implementação – Sensibilização											
1) Implementação do Programa ASPS na freguesia de Cachopo - fortalecer a educação contínua sensibilização comunitária e envolvimento da comunidade para garantir que todos os residentes estejam bem informados sobre o risco de incêndio rural.						Município			A apurar		
2) Implementação do Programa ASPS na freguesia de Tavira - fortalecer a educação contínua e envolvimento da comunidade						Município			A apurar		

pra garantir que todos os residentes estejam bem informados sobre os riscos.		
3) Implementação do ASPS na freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo - fortalecer a educação contínua e envolvimento da comunidade para garantir que todos os residentes estejam bem informados sobre o risco de incêndio rural.	Município	A apurar
4) Implementação do Programa ASPS na freguesia da Conceição de Tavira - fortalecer a educação contínua e envolvimento da comunidade para garantir que todos os residentes estejam bem informados sobre o risco de incêndio rural.	Município	A apurar
Implementação		
5) Realização de simulacros em 4 ASPS simulando cenários de emergência reais para que as comunidades se familiarizem com as respostas adequadas a diferentes níveis de risco de incêndio rural.	Município	A apurar
6) Teste de uso de mensagens SMS para os em oficiais de segurança em 4 ASPS e demais população residente no aglomerado de forma semiautomática, notificando sobre mudanças no nível de risco e orientações de evacuação/antecipação.	Município	A apurar
7) Aquisição de um armário e kit 1ª intervenção no âmbito da implementação do programa ASPS a implementar em 4 aldeias piloto, dotando as comunidades com meios próprios de defesa. adoção de e de autoproteção face ao risco de incendio rural.	A definir	A apurar
Capacitação		
8) Formação e capacitação de 8 oficiais de segurança. Inclui formação na utilização de equipamento - armário de 1ª intervenção.	Município	A apurar
Outputs		
9) Revisão de planos de evacuação de 4 ASPS identificando caminhos de evacuação, limitações existentes.	Município	A apurar
Sinalética		
10) Mapeamento e sinalética de rotas de evacuação alternativas e instalação de sinalização clara e visível em 4 ASPS, avaliando a efetividade das rotas, promovendo a organização e testando procedimentos de segurança	Município	A apurar

11) Implementação de Código QR em 4 placards de 4 ASPS de forma a que o mesmo dê acesso a boas praticas de evacuação em aglomerados rurais	Município	A apurar
Monitorização		
12) Monitoramento de 4 ASPS com recurso a <i>Drone</i> mapeando áreas de elevado risco e pontos críticos.	Município	A apurar
Total (€)		A definir
Gestão de risco da iniciativa - Ameaças: As ameaças referidas na gestão de risco do projeto. - Risco Total: Moderado. - Resolução Geral: A resolução referida na gestão de risco do projeto.		

Indicadores	Iniciativa	Unidade	Meta
Número de ações de sensibilização realizadas	Iniciativa n.º 2	n.º	Realizar pelo menos 1 ação por aglomerado/ano.
Vias de evacuação sinalizadas	Iniciativa n.º 2	%	Sinalizar 100% das vias de evacuação prioritárias
Simulacros de evacuação realizados	Iniciativa n.º 2	n.º	Realizar pelo menos 4 simulacros por ano
Tempo médio para evacuação estimado	Iniciativa n.º 2	Minutos	Reduzir o tempo médio para evacuação dos aglomerados para menos de 30 minutos.
Observações:			

2.3.1.7 MANUTENÇÃO RVF/RPA

PT15 2.3.1.7 IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS REDES DE DEFESA INTERMUNICIPAIS (REDE VIÁRIA FLORESTAL E REDES DE PONTOS DE ÁGUA)								PT15 2.3.1.7								
Objetivos - Implementar e manter as infraestruturas integrantes das redes de defesa intermunicipais (rede viária florestal e rede de pontos de água) - Elaboração de documento municipal de planeamento e manual para execução; - Instalação de rede depósitos de água; (Fonte: Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve)					Principais entidades envolvidas											
					<table><tr><td>R</td><td>ICNF, Municípios.</td></tr><tr><td>A</td><td></td></tr><tr><td>S</td><td></td></tr><tr><td>C</td><td>ANEPC, GNR, APA, CCDR</td></tr><tr><td>I</td><td></td></tr><tr><td>F</td><td></td></tr></table> (Fonte: Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve)					R	ICNF, Municípios.	A		S		C
R	ICNF, Municípios.															
A																
S																
C	ANEPC, GNR, APA, CCDR															
I																
F																
Principais resultados esperados - Melhorar a rede viária florestal permitindo o acesso às áreas florestais. Manter, melhorar e densificar a rede de pontos de água. - Manter, melhorar e densificar a rede de pontos de água; (Fonte: Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve)																
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC								
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): por definir (com IVA)																
Indicadores					Unidade		Meta									
1) RVF construção.					kms		Até 10									
2) RVF manutenção preventiva/corretiva.					kms		Até 50									
3) RVF construção de zonas de cruzamentos de veículos.					n.º		Até 5									
4) RVF construção de zonas de inversão de marcha.					n.º		Até 10									
5) RVF instalação de sinalética vertical.					n.º		Até 20									
6) RPA construção, incluindo plataforma de aspiração.					n.º		Até 2									
7) RPA manutenção.					n.º		Até 6									
8) RPA instalação de sinalética vertical.					n.º		Até 20									
9) Instalação e reforço dos sistemas de adução de água através da instalação de depósitos de água móveis (DECIR) e/ou fixos.					n.º		Até 2 fixos Até 2 móveis									
Gestão de risco do projeto Ameaças: Falta de financiamento para a execução das ações planeadas; Necessária a identificação da RVF e RPA fundamental para o Algarve e sua compatibilização com os instrumentos de ordenamento do território (IOT); Necessária a presença e normalização de sinalética da RVF e RPA e compatibilização com a restante sinalética rodoviária. Risco Total: Alto Resolução Geral: Financiamento. O PRA Algarve prevê um valor total de 2.065.000€																
Observações: Nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, a Comissão Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Algarve deliberou, sob decisão técnica das entidades nela participantes, definir a implementação																

territorial da Rede Viária Florestal. Uma vez que este projeto não está presente no PNA, sendo proposto em PRA, fundamentar a sua inclusão, nos termos do número 5 do art.º 30.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro. A fundamentação consiste no cumprimento do artigo 46º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual.

(Fonte: Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Algarve)

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C – Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F – Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão, **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 – LEVANTAMENTO, CARACTERIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORIZAÇÃO DA RVF

Iniciativa n.º 1 - Manutenção da Rede Viária Florestal (RVF)									Fonte Financiamento		
- Levantamento e caracterização da RVF, com a atualização de inventário, avaliação do funcionamento, necessidade de manutenção. - Manutenção da rede viária florestal (RVF) considerada fundamental existente no concelho de Tavira, priorizando as suas intervenções. - Realização das ações de manutenção e/ou reparação necessárias para a reposição da operacionalidade com a maior brevidade possível.									FSUE, OE, FA, Privados Orçamento Municipal		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
Pré execução											
1) Consolidação de metodologia para o levantamento e mapeamento da rede viária existente, considerando o acesso a lugares, aglomerados populacionais localizados nas freguesias prioritárias e inseridos em APPS.						Município		A apurar			
2) Atualização da rede viária florestal fundamental de Tavira, de acordo com critérios e objetivos de defesa da floresta contra incêndios e salvaguarda de pessoas, animais e bens; estabelecendo prioridades de beneficiação/construção e alocação de meios. Inclui a realização de inventário e criação e kit cartográfico/mapbook.						Município		A apurar			
3) Identificação das necessidades de manutenção e melhoria em cada via por freguesia.						Município		A apurar			

Capacitação		
4) Capacitação de manobreadores de veículos especiais na construção de infraestruturas e seu registo.	Município	A apurar
5) Capacitação de manobreadores de veículos especiais em comunicação via rádio.	Município	A apurar
6) Capacitação de manobreadores de veículos especiais em registo de operações/folhas de obras desmaterializadas.	Município	A apurar
Execução		
7) Definição dos tipos de intervenção a realizar por via com plantas, perfis tipo e especificações técnicas, estimativas de execução e os recursos necessários.	Município	A apurar
8) Desmaterialização das fichas de registo de trabalho para registo de atividades diárias acessível em dispositivos móveis com criação de gráficos e relatórios automaticamente e com a possibilidade de adicionar anexos (fotos, documentos antes e pós execução),	Município	A apurar
9) Geração de relatórios, tornando o trabalho mais eficiente e organizado, com notificações automáticas sempre que um manobreador registar uma nova atualização	Município	A apurar
10) Atualização da geolocalização dos equipamentos	Município	A apurar
Outputs		
11) Elaboração de plano de manutenção anual, definindo as frequências e os tipos de intervenção para cada via por freguesia	Município	A apurar
12) Elaboração de <i>standard operating procedure</i> (SOP) para a sua execução de rede viária florestal padronizando processos com ganhos de eficiência e redução de custos, incluindo fluxogramas e <i>checklists</i> .	Município	A apurar
Acompanhamento		
13) Criação de <i>dashboard</i> partilhados que permitam a visualização das atualizações com gráficos e mapas que mostrem o estado da rede viária, com filtros por local garantindo que a rede viária florestal esteja sempre atualizada e produção de relatórios trimestrais.	Município	A apurar
14) Validação no terreno com recurso a sistemas de informação geográfica (SIG) e <i>drone</i>	Município	A apurar
Total (€)		A definir
Gestão de risco da iniciativa		
Ameaças: Falta de financiamento para a execução das ações planeadas. Resistência dos manobreadores e técnicos à implementação de novas tecnologias.		

Risco Total: Muito Alto. Resolução Geral: não aplicável.			
Indicadores	Iniciativa	Unidade	Meta
Monitorização da RVF fundamental realizada	Iniciativa n.º 1	%	10% da RVF monitorizada
Avaliação do custo médio por km de RVF mantida	Iniciativa n.º 1	€/km	10% da RVF intervencionada com contabilização do seu custo em €/km
Observações: Visão completa de equipas de trabalho com acompanhamento semanal, com ganhos de eficiência e Relatórios personalizados, com custos de operação, visível em telemóvel/tablet com acompanhamento em tempo real da localização dos trabalhos, com indicação do equipamento e operação em curso, área trabalhada, percursos da maquinaria, custo por operação, tempo de trabalho e de pausa eliminando as folhas de obra e as transcrições para Excel. Garantir registos de campo em tempo real, simples e rápidos, completos e detalhados tudo georreferenciado.			

INICIATIVA N.º 2 – CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORIZAÇÃO DA RPA

Iniciativa n.º 2 - Construção, manutenção e monitorização da rede de pontos de água (RPA)									Fonte Financiamento		
- Levantamento e caracterização da RPA, com a atualização de inventário, avaliação do funcionamento, necessidade de manutenção. - Construção, manutenção e monitorização da rede de pontos de água (RPA) fundamental para o abastecimento de meios de combate a incêndios rurais, priorizando as suas intervenções. - Manutenção da rede de pontos de água (RPA) considerada fundamental existente no concelho de Tavira, priorizando as suas intervenções. - Realização das ações de manutenção e/ou reparação necessárias para a reposição da operacionalidade com a maior brevidade possível.									A determinar		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
Pré-execução											
1) Atualização do inventário da rede de pontos de água (RPA) fundamentais.						Município			A apurar		
2) Elaboração de KIT cartográfico e fichas de todos os pontos de água.						Município			A apurar		
3) Validação da rede fundamental de pontos de água com recurso a drone (pré e pós execução/manutenção)						Município			A apurar		
Planeamento											
4) Elaboração de plano anual de manutenção preventiva, estabelecendo prioridades de intervenção, definindo as tarefas a realizar						Município			A apurar		

em cada ponto de água e frequências de intervenção.

Capacitação

5) Capacitação de manobreadores de veículos especiais para a construção e manutenção de pontos de água.	Município	A apurar
---	-----------	----------

Manutenção

6) Elaboração de fichas de manutenção preventiva e/ou corretiva tipo.	Município	A apurar
7) Elaboração de KIT cartográfico de pontos de água para uso em combate a incêndios rurais com ficha individualizada por ponto de água. No caso de pontos de água aéreos e mistos com cones de aproximação.	Município	A apurar

Sinalética

8) Instalação de sinalética vertical para pontos de água, indicando a sua localização, capacidade e tipo de equipamento.	Município	A apurar
9) Aquisição de tanques de água móveis para colocação em pontos estratégicos próximos de áreas vulneráveis para uso e colocação apenas durante período crítico de incêndios rurais.	Município	A apurar

Outputs

10) Criação de <i>workflow</i> e/ou Procedimentos Operacionais Padrão (SOPs) para a construção e manutenção da rede de pontos de água, incluindo fluxogramas e <i>checklists</i> , aumentando a eficiência do processo e a padronização dos processos com otimização de recursos, tempo e materiais.	Município	A apurar
11) Construção de <i>geodatabase</i> com a rede de pontos de água e normalização de procedimentos para a sua implementação transversal no município.	Município	A apurar

Total (€) **A definir**

Gestão de risco da iniciativa

Ameaças: Falta de financiamento para a execução das ações planeadas. Resistência à mudança. Ausência de entidades formadoras especializadas na construção de pontos de água.

Risco Total: Alto.

Resolução Geral: não aplicável.

Indicadores	Iniciativa	Unidade	Meta
Inspeções realizadas a pontos de água.	Iniciativa n.º 2	%	10% da RPA
Relatórios de acompanhamento produzidos.	Iniciativa n.º 2	n.º	4 (1/ trimestre)

INICIATIVA N.º 3 – INSTALAÇÃO E REFORÇO DE SISTEMAS DE ADUÇÃO DE ÁGUA

Iniciativa n.º 3 - Instalação e reforço de sistemas de adução de água									Fonte Financiamento		
- Instalação e reforço de sistemas de adução de água através da instalação de depósitos amovíveis evitando o colapso da rede de abastecimento publico de água a veículos de intervenção. - Instalação e reforço de sistemas de adução de água através da instalação de depósitos fixos em ASPS inseridos em APPS evitando o colapso da rede de abastecimento publico de água a veículos de intervenção.									FSUE, OE, FA, Privados Orçamento Municipal		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
Diagnóstico inicial											
1) Levantamento das necessidades de água e da infraestrutura existentes nos aglomerados populacionais ASPS inseridos em APPS.						(a definir)			(a definir)		
2) Definição das áreas prioritárias de intervenção com base em risco de incêndio e densidade populacional.						(a definir)			(a definir)		
Elaboração de projetos de execução											
3) Desenvolvimento projeto de execução para instalação dos sistemas de adução de água e rede de hidrantes exteriores a instalar em ASPS inseridos em APPS.						(a definir)			(a definir)		
4) Aquisição e instalação de 4 depósitos amovíveis para uso durante o DECIR a instalar em locais estratégicos.						(a definir)			(a definir)		
5) Instalação e reforço de sistemas de adução de água através da instalação de depósitos fixos em ASPS inseridas em APPS com capacidade igual ou superior a 60m³ com todos os materiais e equipamentos necessários para o seu correto funcionamento.						(a definir)			(a definir)		
6) Instalação de rede de hidrantes exteriores em ASPS inseridas em APPS alimentados por depósitos fixos complementados sempre que necessário com grupo hidropressor.						(a definir)			(a definir)		
Capacitação											

7)	Capacitação de técnicos, operacionais, oficiais de segurança e população para o uso adequado e manutenção básica dos hidrantes.	(a definir)	(a definir)
Monitorização			
8)	Inspeção e manutenção regular dos depósitos fixos e sistemas e hidrantes.	(a definir)	(a definir)
Total (€)			000.000,00 €
Gestão de risco da iniciativa Ameaças: Falta de financiamento para a execução das ações planeadas. Risco Total: Resolução Geral: não aplicável.			
Indicadores	Iniciativa	Unidade	Meta
Hidrantes exteriores instalados.	Iniciativa n. º3	n.º	20 hidrantes
Volume de água disponível nos sistemas instalados.	Iniciativa n. º3	m³	≥ 60 m³
% de funcionamento dos hidrantes instalados	Iniciativa n. º3	%	≥ 95%
Observações			

03

MODIFICAR COMPORTA- MENTOS



OE3. MODIFICAR COMPORTAMENTOS

3.1.1.2 APOIO À POPULAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS

APOIO À POPULAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS							3.1.1.2		
Objetivos - Disponibilizar apoio e oferecer recomendações práticas e informação útil à população de forma a incentivar a adoção de comportamentos responsáveis reduzindo o risco das queimas e queimadas, através da articulação com diversas entidades locais e utilização dos meios de comunicação mais eficazes. Principais resultados esperados - Sensibilização da população através da disponibilização de informação útil para que sejam aplicadas boas práticas na realização de queimas e queimadas. - Redução do número de queimas em áreas de maior risco e do número de ignições provocadas por queimas e queimadas.					Principais entidades envolvidas				
					R ICNF, Município				
					A				
					S ANEPC, GNR				
					C IPMA, AGIF				
					I				
					F				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): por definir (com IVA)									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) Taxa de resposta aos pedidos de esclarecimento relativos a queimas e queimadas.					%		100		
2) Acidentes em queimas e queimadas.					n.º		0		
3) Diminuição do número de queimas não registadas.					%		15%		
Gestão de risco do projeto									
- Ameaças: Elevada adesão da população mais envelhecida, que recorre às juntas de freguesia e aos serviços do município para submeter comunicações para queimas. Fragilidades informáticas que a plataforma “Queimas e Queimadas” possa apresentar, perante um elevado número de acessos. - Risco Total: Moderado. - Resolução Geral: Apoiar as entidades (Juntas de freguesia/Bombeiros) que fazem o apoio direto às populações, na utilização da plataforma; Introduzir melhorias na plataforma de maneira a reduzir potenciais quebras do serviço									
Observações									

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I- Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão, **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 - DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO METEOROLÓGICA E RECOMENDAÇÕES PRÁTICAS NA REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS.

Iniciativa n.º 1 - Difusão de informação meteorológica e recomendações práticas na realização de queimas e queimadas									Fonte Financiamento		
Disponibilizar informação meteorológica e recomendações práticas através de meios acessíveis e adequados à população alvo privilegiando meios de proximidade, quer na plataforma e quer através do apoio telefónico ou presencial.									PDR, FA, OE, PRR, Orçamento Municipal		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■				■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
Capacitação											
1) Capacitação técnica de recursos humanos (centralistas) para difusão de informação meteorológica e recomendações de segurança práticas via apoio telefónico de forma a incentivar a adoção de comportamentos responsáveis.						A definir			A definir		
Difusão de informação											
2) Elaboração e/ou atualização de <i>spot's</i> radiofónicos em múltiplas línguas para utilização na central telefónica municipal e bombeiros, referente a medidas de aconselhamento sobre os comportamentos mais adequados a ter durante a realização de queimas e queimadas em função da informação meteorológica diária/prevista.						A definir			A definir		
3) Elaboração 4 vídeos para divulgação nas redes sociais e website institucional com medidas de prevenção para realização em modo seguro de queimas controladas, comportamentos adequados durante o período crítico.						A definir			A definir		
4) Produção de guia bilingue passo a passo sobre a prevenção de incêndios e realização segura de queimas controladas.						Município			A definir		
Total (€)									A definir		
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: Falta de Adesão da Comunidade. Informações Desatualizadas ou Incorretas. Resistência da comunidade local a novas práticas pode ser um obstáculo significativo. Dificuldade na disponibilização de verbas para a aquisição/desenvolvimento dos recursos informativos - Risco Total: Moderado. - Resolução Geral: Canalizar recursos próprios das entidades para a iniciativa e/ou adaptar recursos informativos existentes para incluir a informação associada à iniciativa.											
Indicadores		Iniciativa		Unidade				Meta			
Número de Chamadas na Linha Telefónica		Iniciativa n.º 1		n.º				50 chamadas			

Número de canais de comunicação utilizados	Iniciativa n.º 1	n.º	4 canais
--	------------------	-----	----------

3.1.1.3 MECANISMO DE APOIO À REALIZAÇÃO DE QUEIMADAS

MECANISMO DE APOIO À REALIZAÇÃO DE QUEIMADAS							3.1.1.3		
Objetivos - Apoiar o recurso à prática de queimadas no contexto agrosilvo-pastoril. - Disponibilizar apoio e oferecer recomendações práticas e informação útil a produtores pecuários em regime extensivo que potencialmente queiram recorrer à prática de queimadas. Principais resultados esperados - Sensibilização e apoio à população alvo através da disponibilização de informação útil e apoio à realização de queimadas. - Redução do número de ignições associadas à renovação de pastagens em dias com perigo meteorológico de incêndio elevado ou muito elevado.					Principais entidades envolvidas				
					R ICNF				
					A				
					S GNR, ANEPC, OPF, Proprietários, Bombeiros				
					C CCDR, IFAP				
					I				
					F				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): por definir (com IVA)									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) Ações de queimadas realizadas.					Nº		1		
2) Pedidos de esclarecimento e apoio técnico na realização de queimadas.					Nº		1		
Gestão de risco do projeto									
Ameaças: Reduzida expressão da população alvo – produtores agropecuários em regime extensivo. Prática com pouca implementação regional atualmente.									
Risco Total: Moderado.									
Resolução Geral: sensibilização e apoio ao público-alvo na divulgação e execução da prática de queimadas.									

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C – Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F – Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão, POSE – Pós- Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 - APOIO NA REALIZAÇÃO DE AÇÃO DE QUEIMADA

Iniciativa n.º 1 - Apoio na realização de ação de queimada									Fonte Financiamento		
Apoio na realização de ação de queimada											
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso					Origem do recurso			Custo [€]			
1)	Equipas municipais (eSF, Proteção Civil, GTF, Bombeiros)				Município			Por definir			
								Total (€)	Por definir		
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: Não se reconhecem, no momento, quaisquer ameaças significativas ao desenvolvimento desta iniciativa - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: Sem necessidade de resolução											
Observações:											

3.1.2.1 AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM PERÍODOS E ÁREAS RURAIS CRÍTICAS

AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM PERÍODOS E ÁREAS RURAIS CRÍTICAS								3.1.2.1	
Objetivos - Assegurar a articulação entre todas as entidades envolvidas, garantindo assim a eficiência das ações de vigilância. Principais resultados esperados - Monitorizar a coordenação regional das ações de vigilância em períodos e locais críticos.					Principais entidades envolvidas				
					R GNR				
					A				
					S AGIF, ICNF, FFAA, Municípios				
					C ANEPC				
					I				
F									
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 28.409,04€ (com IVA)									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) Policiamento e Vigilância de área Rural e Florestal por parte das Patrulhas do Postos Territoriais e do Núcleo de Proteção Ambiental.					%		100% 189 dias de patrulhamento 1 patrulha/dia		
2) Vigilância efetuada pela SF-02-150 (Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão), sendo que no ano de 2024 realizaram 05 dias de patrulhamento, (Rota 2) de um total de 65 dias, entre 01 de julho e 30 de setembro.					%		100% 05 dias de patrulhamento.		
3) Vigilância efetuada pelo VN-01 (ICNF-RNSCM), sendo que no ano de 2024 realizaram 31 dias de patrulhamento, de um total de 122 dias, entre 01 de junho e 30 de setembro.					%		100% 31 dias de patrulhamento.		
4) Vigilância efetuada pela Patrulha Militar (Exército), sendo que no ano de 2024 realizaram 92 dias de patrulhamento, de um total de 92 dias, entre 01 de julho e 30 de setembro.					%		100% 92 dias de patrulhamento.		
Gestão de risco do projeto									
- Ameaças: Empenhamento dos militares alocados ao policiamento rural e florestal, serem desviados para outros serviços que se revelem prioritários. - Risco Total: Face às diferentes áreas de atuação da Guarda Nacional Republicana através do Núcleo de Proteção Ambiental, poderá não se conseguir cumprir as ações de patrulhamento rural e florestal previsto. As Equipas SF-02-150 e VN-01, poderão ter constrangimentos (Humanos ou materiais) que possam deixar a mesma inoperacional o que põe em causa a realização e cumprimento do objetivo pretendido. A Patrulha Militar do Exército, depende a sua utilização do Protocolo entre o Exército e o Município, estando esta pendente da renovação anual do protocolo. - Resolução Geral: Alocar equipas somente para a vigilância.									
Observações:									
Por parte da GNR, não há a possibilidade de quantificar e aferir valores localmente às ações de sensibilização e monitorização em virtude de as mesmas ocorrerem no seguimento de policiamento geral, que ocorre em mais que um Concelho. O ICNF informou que não consegue apurar os dados referentes às ações efetuadas, sendo que os mesmos são apurados a nível nacional e informada a AGIF.									

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão, **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 - POLICIAMENTO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

Iniciativa n.º 1 - Policiamento da Guarda Nacional Republicana										Fonte Financiamento	
• Policiamento da Guarda Nacional Republicana										Orçamento Estado GNR	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
				■	■	■	■	■	■	■	
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Viatura e militares da Guarda Nacional Republicana						GNR			A definir		
Total (€)									A definir		
Gestão de risco da iniciativa											
• Ameaças:											
• Risco Total: Baixo.											
• Resolução Geral: não aplicável.											
Observações:											

INICIATIVA N.º 2 - EQUIPA DE SAPADORES FLORESTAIS DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DA SERRA DO CALDEIRÃO

Iniciativa n.º 2 - Equipa de Sapadores Florestais da Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão									Fonte Financiamento		
Equipa de Sapadores Florestais da Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão.									Orçamento da Associação		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
				■	■	■	■	■	■	■	
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Viatura e meios humanos						APFSC			450 €/dia		
Total (€)									A definir		
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: não aplicável.											
Observações:											

Iniciativa n.º 3 - Vigilância dos Vigilantes da Natureza da Reserva Nacional do Sapal de Castro Marim (ICNF-RNSCM)										Fonte Financiamento	
• Vigilância dos Vigilantes da Natureza da Reserva Nacional do Sapal de Castro Marim (ICNF-RNSCM).										Orçamento ICNF	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
				■	■	■	■	■	■	■	
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Viatura e meios humanos						ICNF-RNSCM			28.409,04€		
Total (€)									28.409,04€		
Gestão de risco da iniciativa											
• Ameaças:											
• Risco Total: Baixo.											
• Resolução Geral: não aplicável.											
Observações:											

Iniciativa n.º 4 - Vigilância da Patrulha Militar do Exército português									Fonte Financiamento		
Vigilância da Patrulha Militar do Exército português									Protocolo Exército / Câmara Municipal de Tavira		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
						■	■	■			
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Viatura e meios humanos						Câmara Municipal de Tavira			N/A		
Total (€)									N/A		
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: não aplicável.											
Observações:											
O custo encontra-se referido no projeto 3.1.2.2											

3.1.2.2 PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS CRÍTICAS

PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS CRÍTICAS								3.1.2.2	
Objetivos - Prevenção: A presença visível das Forças Armadas pode atuar como um dissuasor para atividades que possam causar incêndios. Principais resultados esperados - Redução de incêndios rurais através de vigilância e patrulhamento pelas Forças Armadas, no âmbito do protocolo municipal com FFAA.				Principais entidades envolvidas					
				R FFAA					
				A					
				S AGIF, ICNF, FFAA, Municípios					
				C ANEPC					
				I					
F									
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 10.000,00€									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) Renovação de Protocolo de vigilância florestal (Patrulhamento Móvel) - Regime Infantaria n.º1.					un		100%		
2) Aumentar a deteção precoce em 50% no primeiro ano.					un		50%		
3) Cobrir 100% das áreas críticas/zonas de sombra com vigilância contínua.					un		50%		
Gestão de risco do projeto									
- Ameaças: Ausência de financiamento. - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: não aplicável.									
Observações:									

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão; **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

Iniciativa n.º 1 - Protocolo de vigilância florestal- Regime Infanterian.º1 Exército	Fonte Financiamento											
	Orçamento Municipal (OM)											
	Calendarização											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
							■	■	■			
	Recursos											
	Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
	1) Renovação do Protocolo de vigilância florestal- Regime Infanterian.º1 Exército.						Município			10.000,00€		
	2) Atualização das 5 rotas/giros de patrulhamento baseadas em dados históricos de incêndios e condições meteorológicas (previsão).						Município			A definir		
	3) Realização diária de patrulhas aleatórias.						Município			A definir		
Outputs												
4) Implementação de sistema de visualização e acompanhamento de rotas facilitando a tomada de decisão.						Município			A definir			
Total (€)									10.000,00€			
Gestão de risco da iniciativa												
- Ameaças: Avaria de viatura afeta ao protocolo. - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: não aplicável.												
Indicadores		Iniciativa			Unidade			Meta				
Número de patrulhas realizadas em zonas críticas.		Iniciativa n.º 1			n.º			90 patrulhas / 3 meses				
Proporção de áreas críticas patrulhadas pelo menos uma vez por semana.		Iniciativa n.º 1			%			100%				
Determinação do custo médio por patrulha realizada.		Iniciativa n.º 1			€/km			Determinar o custo médio por patrulha de pelo menos 1 giro/rota				
Observações:												

3.2.1.2 COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA DE PROXIMIDADE

COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA DE PROXIMIDADE							3.2.1.2.		
Objetivos - Criação de ações de sensibilização da população local, seguindo uma abordagem personalizada à região e aos fatores de risco mais relevantes para adoção de práticas mais seguras. Principais resultados esperados - Redução no número de ignições e área ardida.					Principais entidades envolvidas				
					R Municípios, ANEPC, GNR, ICNF				
					A				
					S CIM, CCDR, DGADR				
					C AGIF, entidades da comunidade local, OPF				
					I				
					F				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 5.000,00 € (com IVA)									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) Grau de alcance das campanhas preventivas direcionadas para os grupos específicos (%).					Nº		A definir.		
2) Nº ações de sensibilização locais no terreno.					%		A definir		
3) N.º de ações nas redes sociais.					Nº		A definir		
Gestão de risco do projeto									
- Ameaças: A esta data não se identificam ameaças. - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: não aplicável.									
Observações:									

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN - Planeamento; **PREP** - Preparação; **PREV** - Prevenção; **PRES** - Pré-Supressão; **SUPR** - Supressão, **POSE** - Pós- Evento; **GOVE** - Governança; **QUAL** - Qualificação; **SIC** - Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 - ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL INTEGRADO DE SENSIBILIZAÇÃO/COMUNICAÇÃO PARA O RISCO DE INCÊNDIO RURAL

Iniciativa n.º 1 - Elaboração e implementação de plano municipal integrado de sensibilização/comunicação para o risco de incêndio rural									Fonte Financiamento		
Elaboração de um plano municipal de sensibilização/comunicação para incêndios rurais identificando públicos-alvo específicos e as mensagens sobre risco de incêndio rural.									PEPAC, FA, OE, PRR, PO (a aguardar outras fontes de financiamento)		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo [€]			
Preparação											
1) Análise comparada de boas Práticas Internacionais e nacionais para a sensibilização e prevenção de incêndios rurais.				Município				A definir			
2) Identificação de áreas de alto risco de incêndio rural e identificação da população alvo e causas dos incêndios florestais.				Município				A definir			
Elaboração											
3) Elaboração de plano municipal de sensibilização/comunicação para incêndios rurais, adequado a públicos heterogêneos de todas as idades assente nas melhores praticas, numa comunicação direcionada e atempada, incluindo a comunicação de risco.				Município				A definir			
Implementação -											
4) Implementação de ações de sensibilização adaptadas a diferentes públicos-alvo utilizando diferentes canais de comunicação: SMS, email, redes sociais, websites, rádios e linhas telefônicas tentando alcançar o maior número possível de pessoas, aumentando a consciência sobre o fogo e incêndios.				Município				A definir			
5) Implementação de ações de sensibilização/comunicação com vários públicos-alvo a diferentes escalas, especializada para habitantes urbanos, rurais e turistas de todas as faixas etárias que divulgue o valor dos bens e serviços gerados nos espaços florestais.				Município				A definir			

6)	Implementação de ações de comunicação de risco suportada em evidências e conhecimento consolidado adequada a cada segmento alvo.	Município	A definir
7)	Implementação de projetos dedicados nas escolas (podcasts de áudio e emissões de rádio, concursos de desenho e fotografia; exposições permanentes sobre incêndios florestais.	Município	A definir
Acompanhamento e avaliação			
8)	Recolha feedback dos grupos-alvo sobre a eficácia da comunicação.	Município	A definir
Outputs			
9)	Elaboração de <i>SOP's</i> para comunicação especializada para incêndios rurais produzida e implementada, com fluxos de informações bidirecionais e horizontais.	Município	A definir
10)	Elaboração de manual interno sobre as melhores práticas que podem melhorar significativamente a eficácia da comunicação especializada de proximidade, ajudando a prevenir e gerir incêndios rurais de forma mais eficiente, ajustando-os ao tipo de conteúdo e público-alvo.	Município	A definir
Total (€)			A definir
Gestão de risco da iniciativa - Ameaças: Ausência de financiamento. - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: Não se aplica			
Indicadores	Iniciativa	Unidade	Meta
Ações realizadas nas redes sociais	Iniciativa n.º 1	n.º	10/ano
Pessoas sensibilizadas	Iniciativa n.º 1	n.º	1000
Observações:			

Iniciativa n.º 2 - Aquisição de elaboração de conteúdos (digitais e em papel)

Iniciativa n.º 2- Aquisição de elaboração de conteúdos (digitais e em papel)										Fonte Financiamento	
• Aquisição de elaboração de conteúdos (digitais e em papel).										OM	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
1) Aquisição de elaboração de conteúdos (digitais e impressos).	OM	5.000,00 €
Total (€)		5.000,00 €

Gestão de risco da iniciativa

- Ameaças:
- Risco Total: Alto.
- Resolução Geral: não aplicável.

Observações:

3.2.1.3 COMUNICAÇÃO DAS ENTIDADES EM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO PARA O RISCO								3.2.1.3	
Objetivos - Capacitar a administração local a efetuar uma comunicação clara e eficiente às comunidades em contexto de emergência. Principais resultados esperados - Entendimento pela população da severidade da situação. - Adoção de comportamentos de segurança. - Melhoria dos mecanismos e métodos de comunicação em contextos de crise.					Principais entidades envolvidas				
					R ANEPC				
					A				
					S GNR, FFAA, ICNF, IPMA, Município				
					C				
					I				
					F				
PLAN		PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME (€):por definir (com IVA)									
Indicadores					Unidade			Meta	
1) N° de elementos capacitados para comunicar em contexto de emergência ao nível municipal					N°			6	
Gestão de risco do projeto - Ameaças: Ausência de financiamento e recursos humanos para as ações elencadas; Rotatividade de elementos Autárquicos, elementos do Quadro de Comando dos Corpos de Bombeiros entre outros; - Risco Total: Alto: risco identificado relacionado com a ausência de financiamento para a execução do projeto. - Resolução Geral: Promover ações de treino operacional e colaborativo e doutrinar a melhor comunicação por parte dos elementos a capacitar em contexto de emergência. O PRA Algarve prevê um valor total de 127.200 €									
Observações:									

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C – Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F – Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão; **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

Iniciativa n.º 1 - Realização de curso de formação media training em comunicação em emergência									Fonte Financiamento		
Realização de curso de formação media training em comunicação em emergência capacitando elementos técnicos e de comando de nível municipal.									OM, OE, ANEPC (a aguardar outras fontes de financiamento)		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo [€]			
Divisão de Comunicação Municipal											
1) 2 representantes da Divisão de Comunicação e Modernização Administrativa para curso de formação media training em comunicação em emergência				A definir				A definir			
Serviço Municipal de Proteção Civil											
2) 2 representantes do Serviço Municipal de Proteção Civil para curso de formação media training em comunicação em emergência				A definir				A definir			
Gabinete de Bombeiros Municipais											
3) 2 representantes do Gabinete de Bombeiros Municipais para curso de formação media training em comunicação em emergência				A definir				A definir			
Outputs											
4) Elaboração de mensagens tipificadas e consistentes multicanal				A definir				A definir			
5) Elaboração de SOP's de comunicação em emergência tendo por base orientações nacionais e melhores práticas internacionais, reforçando mecanismos de comunicação ao nível municipal.				A definir				A definir			
Total (€)								A definir			
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: Ausência de linhas de financiamento e orçamento. - Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) (risco identificado relacionado com a ausência de financiamento para execução da iniciativa) - Resolução Geral: não aplicável.											

04

GERIR O RISCO

04

OE4. GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

4.1.1.2 SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS METEOROLÓGICOS FORNECIDOS A ENTIDADES COM CAPACIDADE DE DECISÃO

SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS METEOROLÓGICOS FORNECIDOS A ENTIDADES COM CAPACIDADE DE DECISÃO							4.1.1.2		
Objetivos - Monitorização do desenvolvimento do projeto. Apoio logístico. Principais resultados esperados - Integração dos dados de redes de observação privadas no sistema operacional de processamento e arquivo do IPMA, nos produtos de monitorização e vigilância e no cálculo dos índices meteorológicos de perigo de incêndio.	Principais entidades envolvidas								
	R			Município					
	A								
	S			AGIF, ICNF, GNR, FFAA, CIM, CCDR, Municípios					
	C			IPMA, CCDR, APA, Aeródromos, ANEPC, entidades gestoras de parques eólicos e fotovoltaicos					
	I								
F									
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 113.020,00€ (com IVA)									
Indicadores					Unidade			Meta	
1) Número de estações meteorológicas municipais com dados integrados na rede nacional de cálculo do FWI.					Nº			Até 5	
2) Capacitação do gestor da rede de estação meteorológica gerida pelo Município de Tavira.					Nº			Pelo menos 2 elementos formado	
Gestão de risco do projeto - Ameaças: Ausência de financiamento para execução da iniciativa. - Risco Total: Alto (risco identificado relacionado com a ausência de financiamento para execução da iniciativa). - Resolução Geral: Não aplicável.									
Observações:									

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN - Planeamento; **PREP** - Preparação; **PREV** - Prevenção; **PRES** - Pré-Supressão; **SUPR** - Supressão; **POSE** - Pós- Evento; **GOVE** - Governança; **QUAL** - Qualificação; **SIC** - Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 – CONSTITUIÇÃO DE UMA REDE DE ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS DO MUNICÍPIO DE TAVIRA PARA POSSÍVEL INTEGRAÇÃO NA REDE NACIONAL DE CÁLCULO DO FWI

INICIATIVA N.º 1-CONSTITUIÇÃO DE UMA REDE DE ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS DO MUNICÍPIO DE TAVIRA PARA POSSÍVEL INTEGRAÇÃO NA REDE NACIONAL DE CÁLCULO DO FWI									Fonte Financiamento		
Constituição de uma rede de estações meteorológicas gerida pelo município de Tavira para possível integração na rede nacional de cálculo do FWI.									A aguardar fontes de financiamento		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
Preparação											
1) Identificação de localizações adequadas para instalação de uma estação meteorológica por freguesia, considerando fatores como altitude, proximidade a áreas urbanas e rurais e condições climáticas locais.						A definir			A definir		
2) Pesquisa de equipamentos e estações meteorológicas que cumpram os requisitos do IPMA para calculo do FWI, se possível com imagens						A definir			A definir		
Implementação											
3) Aquisição de 5 estações meteorológicas com sensores de temperatura, humidade, pressão atmosférica, velocidade e direção do vento, precipitação, humidade do solo e demais variáveis necessárias para o cálculo do FWI.						Município			20.000,00€		
4) Aquisição de serviços de manutenção das estações meteorológicas.						Município			2.000,00€		
Visualização											
5) Atualização de sistema <i>video wall</i> , computador e software para processar e exibir os dados meteorológicos em mapas interativos com camadas de dados personalizadas.						A definir			A definir		
6) Conexão e sincronização dos monitores a um servidor central parta gestão da exibição de dados assim como controlador de <i>video wall</i> para sincronizar os monitores.						A definir			A definir		

7)	Configuração de software e realização de testes.	A definir	A definir
8)	Configuração de conteúdo a ser exibido na vídeo Wall, mapas em tempo real, gráficos de tendências meteorológicas, e alertas de condições climáticas.	A definir	A definir
Capacitação			
9)	Capacitação de técnicos para operar e manter as estações meteorológicas.	A definir	A definir
10)	Capacitação de técnicos para análise de dados das estações meteorológicas.	A definir	A definir
11)	Capacitação de técnicos para manutenção do sistema de <i>video wall</i> e o software de visualização de dados	A definir	A definir
Outputs			
12)	Identificação de padrões climáticos locais.	A definir	A definir
13)	Operacionalizar e acionamento de sistema de alerta e aviso via <i>sms</i> de âmbito municipal para um determinado valor de FWI. Aquisição de serviços de instalação de sistemas de aviso e alertas via <i>sms</i> .	A definir	91.020,00€
Total (€)			113.020,00€
Gestão de risco da iniciativa - Ameaças: Ausência de financiamento para execução da iniciativa. - Risco Total: Alto (risco identificado relacionado com a ausência de financiamento para execução da iniciativa). - Resolução Geral: Não aplicável.			
Indicadores	Iniciativa	Unidade	Meta
Território rural municipal coberto por estações meteorológicas.	Iniciativa n.º 1	%	Pelo menos 80%
Tempo médio para calcular e disponibilizar o FWI	Iniciativa n.º 1	min	Inferior a 60 min
Observações:			

4.1.2.1 CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE GESTÃO INTEGRADA DO SISTEMA INTEGRADA DE FOGOS RURAIS (SGIFR)

CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE GESTÃO INTEGRADA DOS FOGOS RURAIS (SGIFR) DE TAVIRA.								4.1.2.1	
Objetivos • Criar o Programa Municipal de Execução (PME) no âmbito do Plano Nacional da Gestão Integrada dos Fogos Rurais (PNGIFR) a nível municipal. Principais resultados esperados • Intervenção programada no território. • Maior alinhamento e uniformidade de execução entre as entidades, fruto do PME ajustado à sua realidade, facilitando a gestão e reduzindo o risco associado.					Principais entidades envolvidas				
					R	Município			
					A	Comissão MUNICIPAL GIFR			
					S	ICNF, ANEPC, GNR, PSP, FFAA, CIM, CCDR, entidades integrantes da CMGIFR			
					C	Todas entidades da Comissão Regional			
					I	AGIF; CIM			
					F	Comissão REGIONAL GIFR			
PLAN		PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME (€):por definir (com IVA)									
Indicadores					Unidade			Meta	
1) Realização de pelo menos uma reunião trimestral.					Nº			1 reunião trimestral	
Gestão de risco do projeto									
• Ameaças: Ausência de financiamento. • Risco Total: Alto. • Resolução Geral: Criação de linha de financiamento própria.									
Observações:									

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN - Planeamento; **PREP** - Preparação; **PREV** - Prevenção; **PRES** - Pré-Supressão; **SUPR** - Supressão, **POSE** - Pós- Evento; **GOVE** - Governança; **QUAL** - Qualificação; **SIC** - Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 – REALIZAÇÃO DE PELO MENOS UMA REUNIÃO TRIMESTRAL DA CMGIFR.

Iniciativa n.º 1 – Realização de pelo menos uma reunião trimestral da CMGIFR.									Fonte Financiamento		
• Realização de pelo menos uma reunião trimestral da CMGIFR.									A apurar		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Gestão de risco da iniciativa											
• Ameaças: Não se reconhecem, no momento, quaisquer ameaças significativas ao desenvolvimento desta iniciativa											
• Risco Total: Baixo.											
• Resolução Geral: não aplicável.											
Observações:											

4.1.2.3 ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO E DE EXECUÇÃO

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO E DE EXECUÇÃO								4.1.2.3	
Objetivos - Criar o Programa Municipal de Execução (PME) no âmbito do Plano Nacional da Gestão Integrada dos Fogos Rurais (PNGIFR) a nível municipal. Principais resultados esperados - Intervenção programada no território. - Maior alinhamento e uniformidade de execução entre as entidades, fruto do PME ajustado à sua realidade, facilitando a gestão e reduzindo o risco associado.					Principais entidades envolvidas				
					R Município				
					A Comissão MUNICIPAL GIFR				
					S ICNF, ANEPC, GNR, PSP, FFAA, CIM, CCDR, entidades integrantes da CMGIFR				
					C Todas entidades da Comissão Regional				
					I AGIF; CIM				
					F Comissão REGIONAL GIFR				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): por definir (com IVA)									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) PME aprovado.					Nº		PME aprovado		
2) Percentagem de execução do PME.					%		10 %		
Gestão de risco do projeto - Ameaças: Ausência de financiamento. - Risco Total: Alto. - Resolução Geral: Criação de linha de financiamento própria.									
Observações:									

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I- Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão, **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 – REVER O PROGRAMA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO (PME).

Iniciativa n.º 1 – Rever o programa municipal de execução (PME).									Fonte Financiamento		
Rever o Programa Municipal de Execução (PME), reunindo os contributos das diferentes entidades envolvidas e alinhando-os com os objetivos e metas estratégicas.									A apurar		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
								■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Recurso humano especializado, para elaboração técnica do PME.						Município			A definir		
2) Criação de grupo de trabalho municipal multidisciplinar para elaboração técnica do PME numa articulação transversal.						Município			A definir		
Total (€)									A definir		
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: Ausência de contributos das diferentes entidades envolvidas e dificuldade de alinhamento desses contributos com os objetivos e metas estratégicas do PRA. - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: Em sede de secretariado da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Tavira, criação de grupos de trabalho, reuniões técnicas e canais de comunicação para partilha de conhecimento, entre todos os envolvidos na elaboração do PME.											
Observações:											

INICIATIVA N.º 2 - EXECUTAR O PROGRAMA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO

Iniciativa n.º 2 - Executar o programa municipal de execução (PME)									Fonte Financiamento		
% de Execução dos projetos inscritos em PME.									OE, OM, Outras Fontes de Financiamento		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1)	% de Execução dos projetos inscritos em PME					Município			A definir		

2) Implementação de procedimentos e níveis de responsabilidade que garantam uma adequada execução, monitorização financeira e no terreno do PME, que permita uma adequada leitura contabilística satisfazendo obrigações de monitorização e evidenciação.	Município	A definir
3) Criação de boletim interno com mapeamento das possíveis fontes de financiamento para execução do PME.		
Total (€)		A definir

Gestão de risco da iniciativa

- Ameaças: Ausência de financiamento e de recursos humanos adequados.
- Risco Total: Alto.
- Resolução Geral: Reforço dos meios financeiros técnicos e humanos necessários à execução do PME.

Observações:

INICIATIVA N.º 3 - MONITORIZAR A EXECUÇÃO DO PME

Iniciativa n.º 3 - Monitorizar a execução do PME									Fonte Financiamento		
Monitorizar a execução do PME, garantindo o seu cumprimento de acordo com os prazos e objetivos definidos									A aguardar fontes de financiamento.		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Adoção de mecanismo de acompanhamento da execução orçamenta, contabilidade analítica e execução física das ações previstas em PME, incluindo a criação de plataforma de dados abertos/ <i>Dashboar</i> d de monitorização.						Município			A definir		
2) Atualização de equipamentos informáticos necessários à monitorização e à execução do PME.						Município			Até 8.000,00€		
Total (€)									8.000,00€		
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: Ausência de financiamento. - Risco Total: Alto (risco identificado relacionado com a ausência de financiamento para execução da iniciativa). - Resolução Geral: Encontrar o financiamento; rever o PRA-Alg com esta iniciativa explícita. A criação de Equipa municipal interdisciplinar especializada na gestão técnica da implementação do PME 2025 de Tavira, pode											

	contribuir para ganhos efetivos de eficiência, qualidade de execução dos projetos e alinhamento aos objetivos e metas estratégicas do PRA- Alg.
	Observações:

4.1.2.4 NORMAS TÉCNICAS E DIRETIVAS OPERACIONAIS

NORMAS TÉCNICAS E DIRECTIVAS OPERACIONAIS							4.1.2.4	
Objetivos - Elaboração de diretrizes municipais. Principais resultados esperados - Padronização de procedimentos ao nível orgânico na estrutura municipal.				Principais entidades envolvidas				
				R Município				
				A Comissão MUNICIPAL GIFR				
				S Município				
				C AGIF, ANEPC, ICNF, GNR, IPMA, PJ				
				I				
				F				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): por definir (com IVA)								
Indicadores				Unidade			Meta	
1) Número diretrizes municipais produzidas.				Nº			1	
2) Número de processos definidos.				Nº			1	
Gestão de risco do projeto - Ameaças: Ausência de financiamento. - Risco Total: Alto. - Resolução Geral: Criação de linha de financiamento própria.								
Observações:								

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão, **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 – ELABORAÇÃO DE *STANDARD OPERATING PROCEDURE*, PARA O SUPORTE LOGÍSTICO DE ÂMBITO MUNICIPAL EM INCÊNDIOS RURAIS

Iniciativa n.º 1 - Elaboração de <i>standard operating procedure</i> , para o suporte logístico de âmbito municipal em incêndios rurais										Fonte Financiamento	
- Elaboração de <i>standard operating procedure (SOP)</i> de âmbito municipal para o suporte logístico de âmbito municipal em incêndios rurais para o SGIGR. - Uniformização de procedimentos na atuação em suporte logístico (quem, onde, quando, como, e a quem reporta) - Implementar processos de melhoria continua. - Revisão de conhecimento praticas e doutrinas.										Orçamento Municipal	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
1) Inventário de recursos logísticos existentes necessários para sustentação logística em caso de incêndio rural.						Município		A definir			
2) Capacitação e treino da equipa de logística em procedimentos de logísticos.						Município		A definir			
3) Elaboração de plano de comunicação para equipa de logística e sua capacitação.						Município		A definir			
4) Revisão e atualização de SOP com base em feedback e lições aprendidas.						Município		A definir			
Total (€)								A definir			
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: - Risco Total: Alto (risco identificado relacionado com a ausência de financiamento para execução da iniciativa). - Resolução Geral: não aplicável.											
Indicadores		Iniciativa		Unidade		Meta					
Equipamentos em condições operacionais (logísticas sanitárias, alimentares, telecomunicações, combustível, tendas de campanha, zonas de concentração e reserva para operacionais		Iniciativa n.º 1		%		Manter 95% dos equipamentos em condições operacionais					
Suprimentos necessários sejam entregues no local do incêndio dentro de 2 horas		Iniciativa n.º 1		%		Garantir que 100% dos suprimentos necessários sejam entregues no local do incêndio dentro de 2 horas					
Capacitação da equipa de logística do SMPC		Iniciativa n.º 1		%		100% da equipe de logística com formação realizada em logística					
Observações:											

4.3.1.5 CENTRO IBÉRICO DE INVESTIGAÇÃO, PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS RURAIS

CENTRO IBÉRICO DE INVESTIGAÇÃO, PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS RURAIS

4.3.1.5

Objetivos

- Reforçar e articular a cooperação com entidades equivalentes.
- Promover a instalação de capacidades de intervenção.

Principais resultados esperados

- Incrementar a cooperação interinstitucional.

Principais entidades envolvidas

R

CCDR, Município

A

S

CIM, ANEPC, Municípios, ICNF

C

CCDR

I

F

CRGIFR

PLAN

PREP

PREV

PRES

SUPR

POSE

GOVE

QUAL

SIC

Orçamento Global do Projeto neste PME (€): por definir (com IVA)

Indicadores	Unidade	Meta
1) Ações de cooperação interinstitucionais	N.º	2
2) Criação do Laboratório Rural do Sotavento enquanto subsidiária do Centro Ibérico.	N.º	1

Gestão de risco do projeto

- Ameaças: Ausência de financiamento.
- Risco Total: Alto.
- Resolução Geral: Criação de linha de financiamento própria.

Observações:

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão; **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 CRIAÇÃO DO LABORATÓRIO RURAL DO SOTAVENTO ALGARVIO

Iniciativa n.º 1 - Criação do Laboratório Rural do Sotavento Algarvio									Fonte Financiamento		
• Criação do Laboratório Rural do sotavento Algarvio									A definir		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Criação do Laboratório Rural do Sotavento Algarvio, reabilitando a antiga casa do guarda-florestal do Perímetro Florestal da Conceição de Tavira, onde múltiplas entidades integrantes do SGIFR se podem visa reunir no mesmo espaço físico como forma de aproximar alinhamentos estratégicos e operacionais e logo a melhoria de decisão, prevendo-se a criação de um espaço colaborativo partilha de conhecimento entre todos os agentes, promovendo sinergias.						A definir			A definir		
Total (€)									A definir		
Gestão de risco da iniciativa											
• Ameaças: Ausência de financiamento.											
• Risco Total: Extremo.											
• Resolução Geral: Criação de linha de financiamento própria.											
Observações:											
A criação do Laboratório Rural do Sotavento localizado em Tavira, pretende fortalecer a coordenação estratégica e operacional entre os agentes do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), sendo um centro colaborativo potencializando sinergias entre entidades governativas e locais.											

4.3.2.3 GESTÃO DA SUPRESSÃO

GESTÃO DA SUPRESSÃO					4.3.2.3.			
Objetivos - Identificar lacunas, ao nível municipal, dos meios e recursos, propondo a sua aquisição/renovação. - Identificar necessidades, definir critérios de priorização e monitorizar necessidades, disponibilidades e indicadores de performance Principais resultados esperados - Otimização dos meios face às necessidades.					Principais entidades envolvidas			
					R	ICNF, ANEPC; AGIF; GNR, FFAA, Município		
					A	Comissão Municipal de GIFR		
					S			
					C			
					I			
					F	Comissão Regional de GIFR		
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 710 740,00€(com IVA)								
Indicadores					Unidade		Meta	
1) Aquisições realizadas das identificadas como necessárias.					%		50%	
Gestão de risco do projeto - Ameaças: Ausência de financiamento. Falta de disponibilidade de entrega de veículos por parte dos fornecedores. - Risco Total: Alto. - Resolução Geral: Procura de fontes de financiamento em fundos europeus. Concertação ao nível da CIM para aquisição de veículos e formação.								
Observações:								

Legenda:

EC - Entidade Coordenadora: Entidade que coordena e promove a concretização do processo.

R- Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.

A- Aprova: A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada

S- Suporta: Entidade que suporta R a realizar a tarefa, fornecendo recursos.

C - Consultado: As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.

I-Informado: Entidade que são informadas, i.e., a quem devem ser prestadas informações.

F - Fiscaliza: Entidade que fiscaliza a execução e verifica a conformidade às normas aplicáveis.

AA- Avalia e Articula: A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia

PLAN – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão, **POSE** – Pós- Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

INICIATIVA N.º 1 - INVESTIR NA AQUISIÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Iniciativa n.º 1 - Investir na aquisição, substituição e modernização de equipamentos										Fonte Financiamento	
Investir na aquisição, substituição e modernização de equipamentos e infraestruturas para dotar o dispositivo de combate a incêndios rurais.										Algarve 2030	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
Combate a incêndios rurais											
1) Veículo Florestal de Combate a Incêndios (VFCI)						A definir		250.000,00€			
2) Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios (VLCI)						A definir		80.000,00€			
3) Veículo Tanque Tático Florestal (VTTF)						A definir		250.000,00€			
4) Veículo de Operações Específicas (VOPE) – Equipa de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS)						A definir		A apurar			
5) Novo Quartel dos Bombeiros Municipais de Tavira						A definir		A apurar			
Sustentação das operações											
6) Novas instalações SMPC, incluindo centro de coordenação operacional municipal e sala de operações.						A definir		A apurar			
7) Alteração e adaptação de viatura de serviço 4X4 do SMPC.						A definir		A apurar			
8) Aquisição de rádios SIRESP para SMPC						Município		A apurar			
9) Aquisição de equipamento de fornecimento de internet por satélite, tipo <i>Starlink</i> .						Município		A apurar			
10) Renovação de equipamentos informáticos do SMPC, computadores portáteis workstations com <i>docking station</i> e tablet						Município		A apurar			
Apoio às operações de combate a incêndios rurais e inventariação de danos											
11) Aquisição de <i>drone</i> , acessórios e software para ações do SMPC e apoio ao rescaldo e consolidação de incêndios rurais.						A definir		A apurar			
Total (€)								580.000,00€			
Gestão de risco da iniciativa											
- Ameaças: Ausência de financiamento. Falta de disponibilidade de entrega de veículos por parte dos fornecedores. - Risco Total: Alto.											

Resolução Geral: Procura de fontes de financiamento em fundos europeus. Concertação ao nível da CIM para aquisição de veículos.			
Indicadores	Iniciativa	Unidade	Meta
% de equipamentos adquiridos sobre o programado	Iniciativa n.º 1	%	100% dos equipamentos planeados
Observações: Valores unitários indicados atualizados em função da inflação e atuais custos de mercado em 2024, face ao anteriormente reportado no PRA (2022). Os restantes indicadores presentes ao nível do PRA são apurados em sede regional.			

INICIATIVA N.º 2 - INVESTIR FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

4.3.2.3. Iniciativa n.º 2 - Investir formação, capacitação e modernização dos recursos humanos									Fonte Financiamento		
- Investir no recrutamento, formação, e modernização dos recursos humanos para o bom funcionamento do SGIFR. - Capacitação e especialização dos técnicos do Município para o sucesso do SGIFR.									Algarve 2030		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
Combate a incêndios rurais											
1) UFCD 3127_UFCD 5377 Operacional de Queima.						A definir		A apurar			
2) UFCD 9923 Segurança e Comportamento do Incêndio Rural.						A definir		A apurar			
3) UFCD 9927 Gestão de Operações em Incêndios Rurais – iniciação.						A definir		A apurar			
4) UFCD 9924 Reconhecimento e Avaliação da Situação em Incêndios Rurais.						A definir		A apurar			
5) UFCD 9922 Planeamento e Antecipação em Incêndios Rurais.						A definir		A apurar			
6) UFCD 9937 Gestão de Operações em Incêndios Rurais – desenvolvimento.						A definir		A apurar			
7) UFCD 9887 Extinção de incêndios rurais – iniciação.						A definir		A apurar			
8) UFCD 9915 Extinção De Incêndios Rurais – Avançado.						A definir		A apurar			
9) UFCD 9911 Extinção De Incêndios Rurais – Desenvolvimento.						A definir		A apurar			
Suporte e apoio técnico especializado											
(Programa nacional de qualificação dos agentes SGIFR)											
10) Estatísticas, Causalidade e Risco.						A definir		A apurar			

(B-READY4FUTURE - Microcredenciais e Módulos de Formação Certificada – ColabforestWise)			
11)	Suscetibilidade ao Fogo. (B-READY4FUTURE - Microcredenciais e Módulos de Formação Certificada – ColabforestWise)	A definir	A apurar
12)	Comportamento do Fogo Rural. (B-READY4FUTURE - Microcredenciais e Módulos de Formação Certificada – ColabforestWise)	A definir	A apurar
13)	Gestão do Fogo Rural. (B-READY4FUTURE - Microcredenciais e Módulos de Formação Certificada – ColabforestWise)	A definir	A apurar
14)	Prevenção Estratégica de Fogo Rural. (B-READY4FUTURE - Microcredenciais e Módulos de Formação Certificada – ColabforestWise)	A definir	A apurar
15)	Proteção Contra Incêndios Rurais. (B-READY4FUTURE - Microcredenciais e Módulos de Formação Certificada – ColabforestWise)	A definir	A apurar
16)	<i>After Action Review.</i> (B-READY4FUTURE - Microcredenciais e Módulos de Formação Certificada – ColabforestWise)	A definir	A apurar
17)	Engenharia Natural associada aos Incêndios Rurais. (B-READY4FUTURE - Microcredenciais e Módulos de Formação Certificada – ColabforestWise)	A definir	A apurar
18)	Ferramentas de Apoio à Decisão em Incêndios Rurais. (B-READY4FUTURE - Microcredenciais e Módulos de Formação Certificada – ColabforestWise)	A definir	A apurar
19)	Meteorologia e Fogos Rurais. (B-READY4FUTURE - Microcredenciais e Módulos de Formação Certificada – ColabforestWise)	A definir	A apurar
20)	Serviços do Ecossistema Florestal. (B-READY4FUTURE - Microcredenciais e Módulos de Formação Certificada – ColabforestWise)	A definir	A apurar
21)	Produtos Florestais Não-Lenhosos. (B-READY4FUTURE - Microcredenciais e Módulos de Formação Certificada – ColabforestWise)	A definir	A apurar
22)	PGFs otimizados para a sustentabilidade. (B-READY4FUTURE - Microcredenciais e Módulos de Formação Certificada – ColabforestWise)	A definir	A apurar
23)	Multifuncionalidade dos territórios florestais. (B-READY4FUTURE - Microcredenciais e Módulos de Formação Certificada – ColabforestWise)	A definir	A apurar
24)	Operações e infraestruturas florestais. (B-READY4FUTURE - Microcredenciais e Módulos de Formação Certificada – ColabforestWise)	A definir	A apurar
25)	Formação em condução fora de estrada.	A definir	A apurar
26)	Formação em produção cartografia com recurso a <i>drones</i> .	A definir	A apurar
27)	Formação em ferramentas de apoio à decisão em incêndios rurais e análise espacial para a delimitação de áreas ardidas, perímetro, severidade, padrões de progressão.	A definir	A apurar
28)	Formação em uso de imagens de satélite para incêndios rurais.	A definir	A apurar
Sistemas de Informação Geográfica			
29)	Curso de Python para modelação de dados em GIS, otimização de workflows aplicado a incêndios rurais.	A definir	A apurar
Comportamento de fogo/incêndios			
30)	Curso de analista tático e estratégico de comportamento do fogo e simuladores de	A definir	A apurar

fogo. Inclui a formação simuladores de fogos florestais como: FlamMap, FARSITE, WindNinja, XyGrib.

Comunicações

31) Formação em comunicações Tetra/SIRESP.	A definir	A apurar
--	-----------	----------

Logística

32) Curso de formação em resposta logística em emergências.	A definir	A apurar
---	-----------	----------

Total (€)	A definir
------------------	------------------

Gestão de risco da iniciativa

- Ameaças: Ausência de financiamento.
- Risco Total: Alto.
- Resolução Geral: Procura de fontes de financiamento.

Observações:

INICIATIVA N.º 3 - PROTOCOLO COM O CENTRO PAROQUIAL DE CACHOPO/DECIR

Iniciativa n.º 3 - Protocolo com o centro paroquial de cachopo/DECIR	Fonte Financiamento
--	---------------------

- | | |
|---|----|
| • Protocolo com o centro paroquial de cachopo/DECIR | OM |
|---|----|

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
						■	■	■			

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
1) Protocolo com o centro paroquial de cachopo/DECIR	OM	30.000,00 €
Total (€)		30.000,00 €

Gestão de risco da iniciativa

- Ameaças:
- Risco Total: Baixo.
- Resolução Geral: não aplicável.

Observações:

INICIATIVA N.º 4 - PROTOCOLO RADIOAMADORES/DECIR

Iniciativa n.º 4 - Protocolo Radioamadores/DECIR	Fonte Financiamento
--	---------------------

- | | |
|---------------------------------|----|
| • Protocolo Radioamadores/DECIR | OM |
|---------------------------------|----|

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

■ ■ ■		
Recursos		
Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
1) Protocolo Radioamadores/DECIR	OM	2.500,00 €
Total (€)		2.500,00 €
Gestão de risco da iniciativa		
- Ameaças: - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: não aplicável.		
Observações:		

INICIATIVA N.º 5- PROTOCOLO COM PROTOCOLO CNE – AGRUPAMENTO 100 - TAVIRA

Iniciativa n.º 5 - protocolo com protocolo CNE – agrupamento 100 - Tavira									Fonte Financiamento		
• Protocolo com protocolo CNE – Agrupamento 100 - Tavira									OM		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
						■	■	■			
Recursos											
Identificação do recurso					Origem do recurso				Custo [€]		
1) Protocolo com protocolo CNE – Agrupamento 100 - Tavira					OM				5.000,00 €		
Total (€)									5.000,00 €		
Gestão de risco da iniciativa											
• Ameaças:											
• Risco Total: Baixo.											
• Resolução Geral: não aplicável.											
Observações:											

INICIATIVA N.º 6- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES

Iniciativa n.º 6- Aquisição de serviços de fornecimento de refeições									Fonte Financiamento		
• Aquisição de serviços de fornecimento de refeições									OM		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
						■	■	■			

Recursos		
Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
1) Aquisição de serviços de fornecimento de refeições	OM	1.000,00 €
Total (€)		1.000,00 €
Gestão de risco da iniciativa		
- Ameaças: - Risco Total: Baixo. - Resolução Geral: não aplicável.		
Observações:		

INICIATIVA n.º 7- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS EM PRONTIDÃO

Iniciativa n.º 6- Aquisição de serviços de máquinas em prontidão									Fonte Financiamento		
• Aquisição de serviços de máquinas em prontidão									OM		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Aquisição de serviços de máquinas em prontidão						OM			92.240,00 €		
									Total (€)		92.240,00 €
Gestão de risco da iniciativa											
• Ameaças:											
• Risco Total: Baixo.											
• Resolução Geral: não aplicável.											
Observações:											

IX - ANEXOS

ANEXO.1 - PROJETOS NÃO INSCRITOS EM PME

OE1. VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA

1.1.2.2

Estado: Não-Declinado

O presente projeto não tem Implementação Municipal não existindo qualquer iniciativa prevista para o ano 2025 na área geográfica do concelho de Tavira.

Considerando que Tavira foi alvo do projeto cadastro predial experimental ("SiNERrGIC") sendo que com a entrada em vigor, no dia 21 de novembro, do novo Regime Jurídico do Cadastro Predial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/2023, de 23 de agosto, este pode ser consultados em <https://snic.dgterritorio.gov.pt/visualizadorCadastro>.

PROGRAMA DE EMPARCELAMENTO

1.1.3.2

Estado: Não-Declinado

Considerando a pouca expressão do emparcelamento simples no território, esta ficha não declina ativamente para o PME, podendo ser monitorizada à escala regional e, no caso de incremento destes projetos, reponderada a sua declinação em sede de revisão.

MODELO DE FINANCIAMENTO MULTIFUNDOS

1.2.2.1

Estado: Não-Declinado

Este projeto decorre das complementaridades entre as diversas fontes de financiamento de nível nacional e o Programa Regional da CCDR, pelo que não tem aplicabilidade à escala municipal.

PATRIMÓNIO FLORESTAL CERTIFICADO NUMA ÓTICA DE CIRCULARIDADE

1.2.2.2

Estado: Não-Declinado

Apesar de em sede de Programa Regional de Ação atualmente aprovado ter sido equacionada a declinação deste projeto para a escala municipal, a alterar em sede de revisão futura, considera o ICNF como entidade Responsável que a estratégia, metas e iniciativas previstas são mais adequadamente coligidas à escala regional com a desagregação municipal, não possuindo assim execução em sede de PME.

DIVERSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ECONOMIA RURAL**1.2.2.4****Estado: Não-Declinado**

Este projeto destina-se a potenciar novos modelos de negócio e de organização empresarial, com impacto da redução da carga de combustível e valorização dos territórios de baixa densidade, em lógica de abordagens territoriais. Corresponde a projetos de investimento apoiados pelo PR nos domínios identificados no PRA, como a valorização de recursos endógenos, sustentabilidade ambiental, especialização inteligente, entre outros. Desta forma, não tem aplicabilidade à escala municipal.

OE2. CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

GESTÃO DA PAISAGEM E REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS**2.1.1.2****Estado: Não-Declinado**

Não estão previstas intervenções ao nível municipal em sede de PME em 2025

PROMOVER GERAÇÃO DE ENERGIA À ESCALA LOCAL COM BASE EM BIOMASSA DE SOBRANTES E MATOS**2.2.2.2****Estado: Não-Declinado**

Apesar de em sede de Programa Regional de Ação atualmente aprovado ter sido equacionada a declinação deste projeto para a escala municipal, a alterar em sede de revisão futura, considera o ICNF como entidade Responsável que a estratégia, metas e iniciativas previstas são mais adequadamente coligidas à escala regional com a desagregação municipal, não possuindo assim execução em sede de PME.

OE3. MODIFICAR COMPORTAMENTOS

REDE DE VIGILÂNCIA E DETENÇÃO DE INCÊNDIOS**3.1.2.3****Estado: Não-Declinado**

Este projeto não declina a escala municipal, porque é ao nível regional que é efetuado o levantamento de todas as ações desenvolvidas pelas várias entidades do SGIFR, que têm como responsabilidade comunicar e envolver as comunidades locais num esforço de redução de ignições e exposição ao risco.

INVESTIGAÇÃO E DETERMINAÇÃO DAS CAUSAS DOS INCÊNDIOS RURAIS**3.1.3.3****Estado: Não-Declinado**

Não estão previstas intervenções ao nível municipal em sede de PME em 2025.

COMUNICAÇÃO INTEGRADA PARA O RISCO

3.2.1.1

Estado: Não-Declinado

Não estão previstas intervenções ao nível municipal em sede de PME em 2025.

FORMAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

3.2.1.4

Estado: Não-Declinado

Não estão previstas intervenções ao nível municipal em sede de PME em 2025.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO PARA O RISCO

3.2.2.1

Estado: Não-Declinado

Não estão previstas intervenções ao nível municipal em sede de PME em 2025.

OE4. GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

PROGRAMAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA

4.1.2.2

Estado: Não-Declinado

Não estão previstas intervenções ao nível municipal em sede de PME em 2025.

ORÇAMENTO DO SGIFR COM VISÃO PLURIANUAL

4.1.3.1

Estado: Não-Declinado

Não estão previstas intervenções ao nível municipal em sede de PME em 2025.

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

4.2.2.1

Estado: Não-Declinado

Não estão previstas intervenções ao nível municipal em sede de PME em 2025.

SISTEMA DE LIÇÕES APRENDIDAS**4.2.2.3****Estado: Não-Declinado**

Não estão previstas intervenções ao nível municipal em sede de PME em 2025.

IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO ORGANIZATIVO DE MODO FASEADO**4.3.1.1****Estado: Não-Declinado**

Não estão previstas intervenções ao nível municipal em sede de PME em 2025.

IMPLEMENTAÇÃO E REVISÃO DOS PLANOS DE FORMAÇÃO, RECONHECIMENTO E QUALIFICAÇÃO PARA AS ENTIDADES DO SGIFR**4.4.1.3****Estado: Não-Declinado**

Tendo por base o universo potencial de formandos, a formação do PNQ é organizada numa lógica Nacional e Regional, os municípios serão apenas beneficiários, pelo que este projeto, neste momento, não declina para PME. No entanto, prevendo o município de Tavira a frequência de várias microcredenciais ao abrigo do PNQ, estas ações encontram-se elencadas na Iniciativa nº2 do projeto 4.3.2.3 Gestão da Supressão.

PROGRAMA DE INTERCÂMBIO DE PERITOS INTERNACIONAIS**4.4.2.1****Estado: Não-Declinado**

Não estão previstas intervenções ao nível municipal em sede de PME em 2025.

ANEXO.2 - MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO RISCO

<u>Severidade</u> <u>Probabilidade</u>	Negligenciável (1)	Baixa (2)	Média (3)	Grave (4)	Catastrófica (5)
Quase Certa (5)	Moderado 5	Elevado 10	Alto 15	Alto 20	Extremo 25
Alta (4)	Baixo 4	Moderado 8	Elevado 12	Alto 16	Alto 20
Média (3)	Baixo 3	Moderado 6	Moderado 9	Elevado 12	Alto 18
Baixa (2)	Baixo 2	Baixo 4	Moderado 6	Moderado 8	Elevado 10
Rara (1)	Baixo 1	Baixo 2	Baixo 3	Baixo 4	Moderado 5

ANEXO.3 – ENTIDADES E CONVENÇÕES

CÓDIGO	ENTIDADE/ CONVENÇÃO
AD&C	Agência para o Desenvolvimento e Coesão
AdP	Águas de Portugal
AEMGC	Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível
AGIF, I.P.	Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P
AMAL	Associação de Municípios do Algarve
ANCCT	Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Ciência Viva)
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
ANI	Agência Nacional da Inovação
ANQEP	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.
APA, I.P	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
APFSC	Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão
APPS	Áreas prioritárias de prevenção e segurança
ASPS	Programa “Aldeia segura” e “Pessoas seguras”
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
CA	Condomínios de Aldeia
CB	Corpo de Bombeiros
CBT	Corpo de Bombeiro de Tavira
CC	Cidadãos
CCDR	Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CENFIC	Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul
CENJOR	Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas
CIM	Comunidade Intermunicipal
CLC	Companhia Logística de Combustíveis
CMGIFR	Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais
CMT	Câmara Municipal de Tavira
CRGIFR	Comissão Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais
CSREPC	Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil

DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGAL	Direção-Geral das Autarquias Locais
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DGE	Direção-Geral da Educação
DGEG	Direção-Geral da Energia e Geologia
DGES	Direção Geral do Ensino Superior
DGT	Direção-Geral do Território
DRAP	Direção Regional de Agricultura e Pescas
EAC	Entidades da Administração Central
EGF	Entidades de Gestão Florestal
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
ENB	Escola Nacional de Bombeiros
E-Redes	Energias de Portugal
ESF	Equipas de Sapadores Florestais
FA	Força Aérea
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FEB	Força Especial de Bombeiros
FFAA	Forças Armadas - Ramo Armada (Marinha)
FGC	Faixa de Gestão de Combustível
GIFR	Gestão Integrada de Fogos Rurais
GNR	Guarda Nacional Republicana
GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
ICNF, I.P.	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
IFD	Instituição Financeira de Desenvolvimento
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIAV	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
IP	Infraestruturas de Portugal
IPMA, I.P.	Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.
IR	Incêndio Rural
IRN	Instituto dos Registos e Notariado
OPF	Organizações de Produtores Florestais

OSL	Oficial de Segurança Local
PGF	Plano de Gestão Florestal
PJ	Polícia Judiciária
PME	Programa Municipal de Execução
PNA	Programa Nacional de Ação
PNGIFR	Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais
PRA	Programa Regional de Ação
PSA	Programa Sub-Regional de Ação
PSP	Polícia de Segurança Pública
PSP	Polícia de Segurança Pública
REN	Redes Energéticas Nacionais
RPA	Redes de Pontos de água
RVF	Rede Viária Florestal
SGIFR	Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais
SNS	Serviço Nacional de Saúde
UEPS	Unidade de Emergência de Proteção e Socorro
UGF	Unidades de Gestão Florestal
ZIFS	Zonas de Intervenção Florestal

ANEXO.4 - MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

Aos projetos e fichas descritos neste PME cabe a atribuição de responsabilidades, de modo a informar os parceiros do Sistema acerca do que deles se espera neste modelo. A atribuição de responsabilidades é efetuada com a instituição de acordo com a codificação abaixo. A atribuição de responsabilidades é efetuada com a instituição de uma matriz RASCIFA, tal como presente nos processos do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (Resolução do Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho), de acordo com a descrição abaixo.

A codificação de responsabilidades obedece sempre à especialização ou competência de cada entidade, não sendo exigida intervenção em área ou iniciativa fora das atribuições próprias, nos termos da lei.

A aplicação da matriz RASCIFA segue, sempre que possível, o disposto na cadeia de processos do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais e nos projetos do Programa Nacional de Ação, com as devidas adaptações relativas à representatividade das instituições e/ou entidades na região, a realidade e dinâmica local estabelecida e acordo estabelecido entre entidades em sede de Comissão Municipal. Para além das responsabilidades conferidas no âmbito deste Programa pela aplicação da matriz, vigoram quaisquer outras exigíveis por disposição de lei, regulamento ou estatuto.

CÓDIGO	O QUE SIGNIFICA
EC	Entidade Coordenadora Entidade que coordena e promove a concretização do processo.
R	Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A
A	Aprova A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada.
S	Suporta Entidades que suportam R a realizar a ação, fornecendo recursos para o fazer
C	Consulta As entidades que são consultadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a emissão de um parecer, de um contributo técnico ou de reporte de impacto.
I	Informa As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.
F	Fiscaliza A entidade que fiscaliza a execução da ação, verificando a conformidade no que respeita às normas aplicáveis.
Aa	Avalia e Articula A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia.



SGIFR

Sistema de Gestão Integrada
de Fogos Rurais

PME TAVIRA 2025